



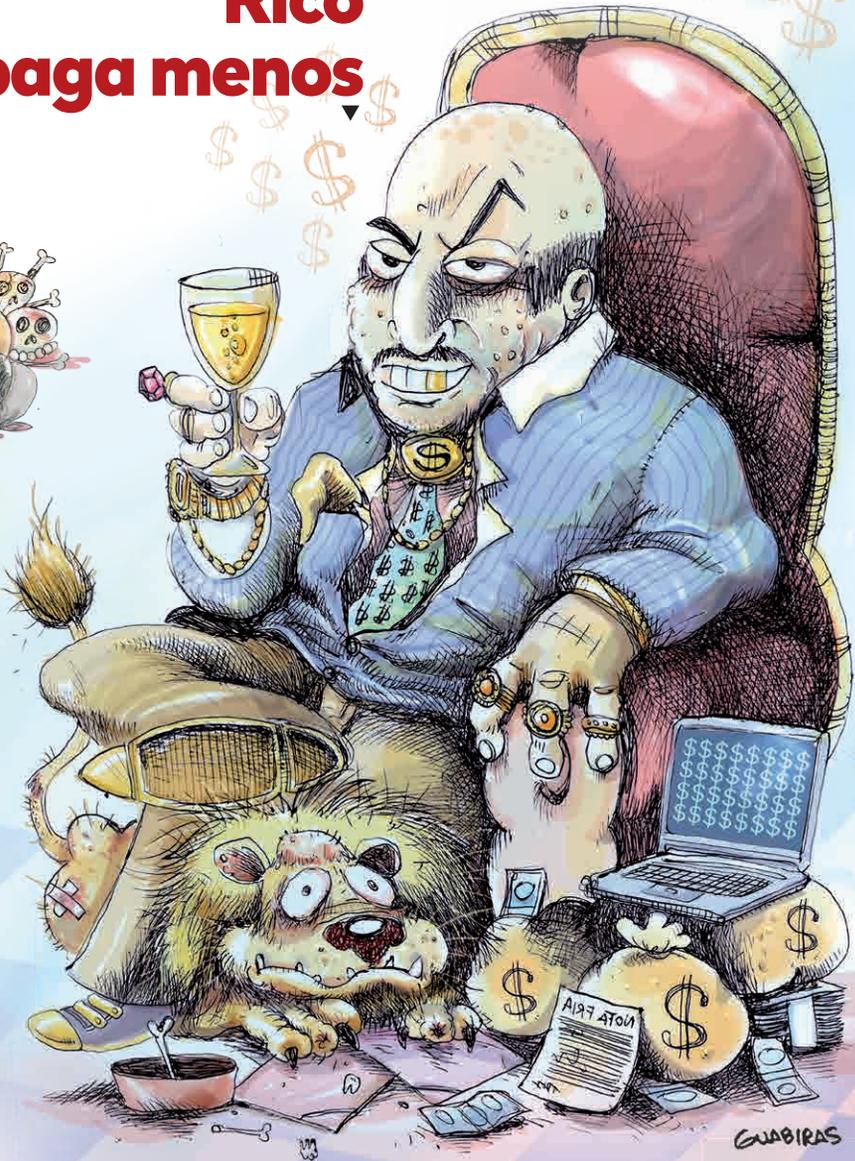
Maria Lúcia Fatorelli fala sobre Dívida Pública.

► Pág 36

REVISTA

A DESIGUALDADE BRASILEIRA

Rico paga menos



Pobre Paga mais!

O REGRESSIVO E INJUSTO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

► Pág 04

GUABIRAS

A TV que está
onde o movimento
acontece.



No televisor, no computador, no celular
ou no tablet, a **TV Fetamce** tem a cara
do servidor municipal e está disponível
quando você quiser, onde quiser!



EXPEDIENTE

Uma publicação da Federação dos Trabalhadores
no Serviço Público Municipal
do Estado do Ceará (Fetamce)

DIRETORIA EXECUTIVA

Enedina Soares da Silva - Presidenta - Caucaia
Valdeci Antunes dos Reis - Vice-Presidente - Beberibe
Iracema de Oliveira Sousa - Secretária Geral - Tamboril
Luciene de Oliveira Alves - Sec. de Adm. e Finanças - Quixadá e Região
José Valtter Alves Saraiva - Sec. de Org. e Pol. Sindical - Piquet Carneiro
Carmem Sílvia Ferreira Santiago - Secretária de Formação - Barreiro
Antônia Aurenice Santiago - Secretária de Política Social - Canindé
Francisco de Matos Junior - Sec. de Assuntos Jurídicos - Crato
Nadja Carneiro de Souza - Sec. de Juventude - Ubajara
Edilá Maria Vasconcelos - Sec. de Comunicação - Iruçuaba
Sheila Maria Gonçalves da Silva - Sec. da Mulher Trabalhadora - Quixadá
Francisco Barroso de Paula - Sec. de Saúde do Trabalhador - Umirim
Ninívia Maciel E. Sousa Campos - Sec. de Combate ao Racismo - Itapipoca
Maria do Socorro Alves Pires - Sec. do Meio Ambiente - Crateús
Antonio Marcos P. Santos - Sec. de R. do Trabalho - Tabuleiro do Norte
Rafael Fernandes Ferreira - Sec. de LGBT - Jaguaribe

SUPLENTE DA DIR. EXECUTIVA

José Ribamar Muniz Feitosa - Tianguá
Magnaldo Barros Franco - Várzea Alegre
Mária Ozaneide de Paula - Aquiraz
Osmar Leite de Oliveira - Cedro
João Paulo Fernandes Leite - Jaguaribara
Manoel Brito de Souza - Coreaú
Ivaneia Vieira da Costa - Eusébio

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS
Maria Socorro Ricart - Quixadá
Carlinda Montenegro Yana - Itapipoca
Catarina Maria de Lima - Caucaia

SUPLENTE
Franciedson Oliveira da Cunha - Beberibe
Maryane Costa Correia - Ocara
Antônio de Barros Medeiros - Quixeramobim

CIRCULA SEMESTRALMENTE, NO ESTADO DO CEARÁ

Jornalista Responsável:
Rafael Mesquita - (MTB CE 2432 JP)

Redação e Edição:
Rafael Mesquita

Revisão:
Germana Mcgregor

Ilustração de capa:
Guabiras

Projeto Gráfico:
Maherle
maherle@gmail.com
85 98876.9276

www.fetamce.org.br
Rua Padre Barbosa de Jesus, 820, Fátima - Fortaleza - Ceará
CEP 60040-480 - Fone/Fax: 85 3226.1788
E-mails: fetamce@fetamce.org.br / comunicacao@fetamce.org.br



CONFETAM/CUT
CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES
NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL - CUT



EDITORIAL

Justiça tributária é o mínimo que se pode esperar de qualquer governo sério, independentemente do seu viés ideológico ou partidário. Isto significa administrar o país com uma política fiscal justa, respeitando o princípio constitucional da capacidade contributiva, ou seja: quem ganha mais, paga mais impostos, quem ganha menos, paga menos impostos. Vale ressaltar também a necessidade de transparência, de eficiência e eficácia na aplicação dos recursos recolhidos, em favor de toda a sociedade e não de setores ou grupos privilegiados. Seguramente, não é isso que acontece no Brasil.



Diante desse contexto, tomamos a decisão política dentro da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (Fetamce) de colocar a luta por "justiça fiscal" como uma das ações estratégicas da entidade sindical. Sobretudo, porque reconhecemos que se combater a injustiça tributária é uma forma de angariar recursos para financiar um serviço público de qualidade e propiciar boas condições de trabalho aos servidores públicos municipais.

Sendo assim, apresentamos à sociedade este vasto material jornalístico sobre o tema, que pretende ser um grande instrumento de mobilização social e de informação pública, sobretudo porque mostramos o que a velha mídia comercial quer esconder. É nosso papel, enquanto militantes dos movimentos sindical e popular, denunciar as violações de direitos e o modelo opressor de Estado em que vivemos, onde o ilógico vira lógica, onde a ilusão é vendida como realidade.

No contexto de crise institucional extrema em que está mergulhado o país, depois de golpes na Democracia e nos direitos, a gente permanece nas trincheiras da resistência, de mãos dadas uns com os outros, lutando fortemente para combater a desigualdade tributária e social que joga milhões na miséria e que explora e oprime outros tantos.

É hora de justiça fiscal, do fim das desigualdades e de uma política feita do povo e para o povo!

Enedina Soares
Presidenta da Fetamce

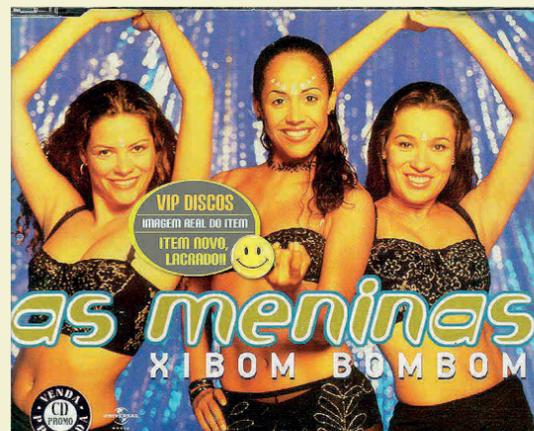
O regressivo e injusto sistema tributário brasileiro

O POBRE FINANCIJA O ESTADO, ENQUANTO O RICO USURFRUI

Por Rafael Mesquita - Editor da Revista F

Lá pelos meus 13 anos de idade, estourou no país a música de uma dessas *girl bands* instantâneas e temporariamente famosas. O grupo chamava-se “As Meninas” e a letra da canção era assim: “Analisando essa cadeia hereditária / Quero me livrar dessa situação precária / Onde o rico cada vez fica mais rico / e o pobre cada vez fica mais pobre / E o motivo todo mundo já conhece / É que o de cima sobe e o de baixo desce”. A música faz uma síntese perfeita da cruel realidade brasileira.

Em pleno Governo Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002) o conjunto de axé destacava a situação vigente no país e pode fazer paralelo com o cenário que perdura até hoje: o Brasil é desigual na distribuição de renda e na concentração de patrimônio. O lado mais cruel disto é na cobrança de tributos.



Vivemos em um país onde o modelo tributário é definido como altamente regressivo. Esta é a caracterização geral sobre a injustiça fiscal que predomina no Brasil.

Basicamente, o que se tributa são a **renda**, o **patrimônio** e o **consumo**. Mas, em nosso país, se privilegia um modelo onde se tributa mais o consumo, onerando mais os trabalhadores e os pobres. Isso é o que se pode classificar como um sistema tributário regressivo.

Dados evidenciam que mais da metade da arrecadação provém de tributos que incidem sobre bens e serviços, com baixa tributação sobre renda e patrimônio. Um contracenso, haja vista que os maiores volumes de recursos estão justamente nas faixas que administram e transferem grandes capitais.

Exemplo disso, é que a faixa populacional dos 10% mais ricos concentra entre metade e 2/3 de toda a renda do país desde 1974, enquanto que os outros 80% da população, os que mais contribuem, têm renda inferior a R\$ 1 mil.

Nos países mais desenvolvidos, a tributação sobre o patrimônio e a renda correspondem a cerca de 2/3 da arrecadação, conforme dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

No Brasil, 48% da arrecadação tributária é sobre o consumo. Nos Estados Unidos, por exemplo, visto como o modelo ideal de administração pública para muitos, 49% dos impostos provém da renda e apenas 6% do consumo. O mesmo acontece com a França, com o Reino Unido e com o Japão, onde prevalece um modelo mais progressivo de arrecadação.

E, ainda de acordo com a OCDE, a carga tributária sobre a renda, o

lucro e o ganho de capital em nosso país é metade da média internacional (12,2% x 6%). O Brasil é quase o último do ranking. Também estamos atrás na medição da tributação sobre a propriedade, abaixo da média mundial. Aqui, os tributos que incidem diretamente sobre a propriedade equivalem apenas a 1,31% do PIB. Este percentual chega a 10% no Canadá, 10,3% no Japão, 11,8% na Coreia do Sul e 12,5% nos Estados Unidos.

E pior: o nosso país carrega a marca vexatória de maior taxa de oneração tributária sobre bens e serviços, a frente de todos os demais países, de acordo com a OCDE.

Impostos	% DO PIB
ITBI	0,21%
IPTU	0,50%
ITCD	0,09%
ITR	0,02%
IPVA	0,60%
TOTAL	1,42%

Tabela: impostos sobre propriedade em geral em % do PIB (ano 2013).





Vivemos em um país onde o modelo tributário é definido como altamente regressivo. Esta é a caracterização geral sobre a injustiça fiscal que predomina no Brasil.

Quem paga a conta nas terras tupiniquins são os mais pobres. Aqueles que ganham até dois salários mínimos gastam cerca de 54% com tributos, enquanto as pessoas com renda superior a 30 salários gastam menos do que 29% com tributos. Ou seja, esse modelo só beneficia os mais ricos.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2011) confirma a elevada regressividade do sistema tributário brasileiro: os 10% das famílias mais pobres do Brasil destinam 32% da renda disponível para o pagamento de tributos, enquanto o peso dos tributos cai para 21% da renda dos 10% mais ricos.

Já o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), na pesquisa

intitulado “Perfil da Desigualdade e da Injustiça Tributária”, afirma que um patrimônio que corresponde a 45% do PIB brasileiro está nas mãos de apenas 0,36% da população. “Os dados são fartos para revelar uma casta de privilegiados no país, com elevados rendimentos e riquezas que não são tributados adequadamente”, afirma o INESC.

O principal tributo sobre o consumo é o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), de competência dos Estados e do Distrito Federal. Ele é responsável por 20% da arrecadação tributária, uma peculiaridade do sistema brasileiro, pois em outros países não é comum que o principal imposto pertença a uma esfera subnacional.

Quem paga a conta nas terras tupiniquins são os mais pobres. Aqueles que ganham até dois salários mínimos gastam cerca de 54% com tributos

O ICMS é um tributo regressivo, que onera a população mais pobre. Uma das principais questões sobre ele diz respeito às inúmeras alíquotas envolvidas e à falta de harmonização da legislação no país. As alíquotas das operações internas são estabelecidas pelos Estados e pelo Distrito Federal, podendo ser seletivas conforme a essencialidade do bem: produtos básicos deveriam ter alíquotas menores que os supérfluos.

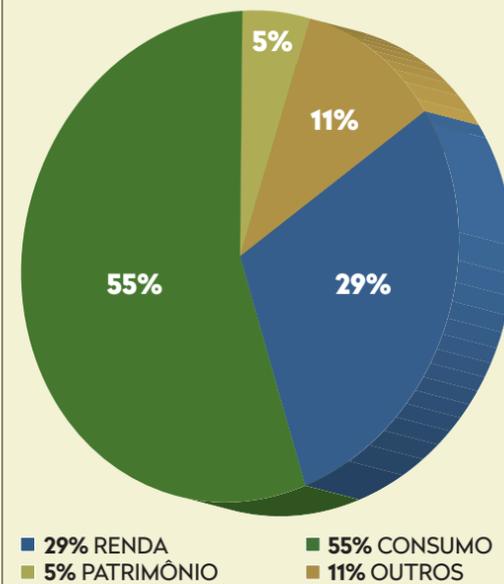


Gráfico: Onde está concentrada a Carga Tributária no Brasil.



Sede da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Contudo, a situação que predomina no país é exatamente a inversa, com os bens supérfluos sendo menos tributados que os bens essenciais. O ICMS responde por 45% dos tributos que incidem sobre os alimentos, com uma alíquota-padrão em torno de 17%. Em alguns Estados chegam a ser estabelecidas mais de quarenta alíquotas diferentes para esses produtos.

Além disso, em quase todo o país, por exemplo, um iate paga ICMS de 7%, enquanto os medicamentos estão sujeitos à alíquota de 17%.

Outro fato que chama atenção é que enquanto um carro popular paga IPVA, os jatinhos e helicópteros não pagam.

Também é irrisória a tributação das transações financeiras: apenas 0,54% do PIB. A insignificante arrecadação também acontece com o imposto de transmissão causa mortis e doação (ITCMD). Em 2014 foram arrecadados apenas R\$ 4,7 bilhões, somente 0,25% do total, conforme estudo da Receita Federal (2015).

O leão do imposto de renda mia feito gato com os ricos. Como atestam dados da própria Receita Federal, os maiores milionários a prestar contas ao fisco, um grupo de 71.440 brasileiros, ganharam em 2013 quase 200 bilhões de reais sem pagar nada de imposto de renda de pessoa física (IRPF).

O ICMS responde por 45% dos tributos que incidem sobre os alimentos, com uma alíquota-padrão em torno de 17%.

Caso essa bolada fosse taxada com a alíquota máxima do Imposto de Renda - a mesma aplicada ao contracheque de qualquer assalariado - o País arrecadaria R\$ 50 bilhões de reais por ano.

A renda atualmente obtida pelos ricos sem mordidas do Imposto de Renda, que foi de 196 bilhões de reais em 2013, tornou-se protegida de taxação há 20 anos. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso aprovou em 1995 uma lei instituindo a isenção. Antes de 1995, o País tributava os dividendos de forma linear e exclusivamente na fonte, com uma alíquota de 15%, independentemente do seu volume. Na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, organismo que reúne 34 países desenvolvidos, só a Estônia dá a isenção.

Dados das declarações de IR em 2016 comprovam os privilégios. As distorções distributivas no sistema de tributação do país são tão absurdas, que os super-ricos, aqueles que tiveram renda média mensal tributável de R\$ 135 mil, segundo dados da Receita, pagaram alíquota efetiva de imposto de somente 9,1%. Já a alíquota efetiva dos ricos, aqueles com renda tributável média mensal de R\$ 34 mil - 0,9% dos contribuintes - foi de 12,4%.

Um dos motivos que justificam a diferença de tributação entre ricos, super-ricos e o resto do povo é a incidência de rendimentos isentos no topo da pirâmide.

Os rendimentos isentos representam 41% da renda bruta da população mais rica. Já entre os 0,9% mais ricos, a fatia dos rendimentos isentos é 28%. Muitos dos rendimentos dos super-ricos são lucros, dividendos e investimentos financeiros que têm isenção de impostos.

Tais dados evidenciam que o Brasil se tornou uma pátria de empresários. Enquanto ocupamos a vexatória posição de país campeão em concentração fundiária no mundo, o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) é o de menor arrecadação. Representa somente 0,04% do PIB, enquanto o IPTU representa 1,25% do PIB e o IPVA representa 1,68% do PIB.

O ICMS é um tributo regressivo, que onera a população mais pobre. Uma das principais questões sobre ele diz respeito às inúmeras alíquotas envolvidas e à falta de harmonização da legislação no país.

Para Enedina Soares, presidente da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (Fetamce), há uma “distorção” na excessiva tributação sobre o consumo no Brasil. Ela destaca que é inadmissível que o imposto sobre o rendimento do trabalho represente hoje 57,3% do total do que é retido na fonte, em detrimento do imposto de renda sobre o capital, os “investimentos dos ricos”, que chega a somente 25%. “O objetivo de trazermos este vasto debate nesta revista é informar para transformar. Nós temos que resgatar os princípios de justiça tributária. O Estado tem a obrigação de intervir para retificar a ordem social: criar um sistema tributário que seja capaz de distribuir renda. O sistema tributário deve favorecer o crescimento do PIB e financiar os serviços públicos ofertados ao povo. O que vemos hoje é um desmonte do Estado e parte dos argumentos dos que querem destruir o Brasil está sendo diluído com esse material jornalístico”, explicou a dirigente.

A mentira dos empresários

“Fetichismo” do imposto: o empresário nutre a ilusão de que recai sobre seus ombros o ônus do tributo, mas este, incorporado à estrutura de custos da empresa, na verdade é repassado aos preços.

A realidade é que os grandes grupos econômicos e os mais ricos usam seu poder político para criar leis que os isentem de impostos — despejados sobre as costas dos assalariados e da classe média. A mídia comercial esconde esta realidade, para que nada mude.

O que comprova esta situação são os dados oficiais sobre a desoneração da folha de pagamento, que



representou uma renúncia fiscal por parte da União de R\$ 68,710 bilhões entre 2012 e 2016. Para 2017, o Orçamento prevê a concessão de R\$ 17,030 bilhões em benefícios às empresas de 54 setores da economia.

O governo foi sendo pressionado a estender a desoneração a outros setores e a prorrogar o incentivo sucessivamente. Em 2015, ele já beneficiava 80 mil empresas e custava aos cofres públicos R\$ 2 bilhões por mês.

Segundo estimativas da Receita Federal, a renúncia fiscal total da União em 2017 somará R\$ 284,846 bilhões com 15 tributos, desde o Imposto de Importação (II) até as contribuições previdenciárias e sociais, passando pelo PIS e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Trata-se do equivalente a 4,19% do Produto Interno Bruto (PIB) projetado para o ano e a 21,62% do total que o governo federal pretende arrecadar este ano, R\$ 1,336 trilhão.

O poder econômico usa uma série de expedientes para livrar-se de impostos. O principal é a estrutura tributária brasileira. Conforme estudo

do Instituto Justiça Fiscal, tal estrutura foi cuidadosamente construída para basear-se em impostos indiretos (os que incidem sobre preços de produtos e serviços) e reduzir ao máximo os impostos diretos. Há duas vantagens para as elites nesta escolha. Impostos indiretos são, por natureza, regressivos. A alíquota de ICMS que um bilionário paga sobre um tubo de pasta

“Fetichismo” do imposto: o empresário nutre a ilusão de que recai sobre seus ombros o ônus do tributo, mas este, incorporado à estrutura de custos da empresa, na verdade é repassado aos preços.

“**Nos países capitalistas mais desenvolvidos, membros da OCDE, os impostos diretos correspondem a 2/3 do total dos tributos.**”

de dentes, uma geladeira ou a conta de luz é idêntica à de um favelado.

Ainda é pior que isso. Assalariados e classe média consomem quase tudo o que ganham — por isso, pagam impostos indiretos sobre toda sua renda. Já os endinheirados entesouram a maior parte de seus rendimentos, fugindo dos tributos pagos pelo conjunto da sociedade.

Nos países capitalistas mais desenvolvidos, membros da OCDE, os impostos diretos correspondem a 2/3 do total dos tributos.

O Brasil, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), é o país onde os impostos arrecadados menos se convertem em serviços para a população.

Pessoas físicas recorrem também aos paraísos fiscais para não pagar impostos sobre os seus ganhos, lícitos ou não. É o caso dos mais de 8 mil brasileiros com contas suspeitas no banco HSBC da Suíça.

Além disso, a sonegação de impostos é seis vezes maior que a corrupção, o que representa R\$ 100 bilhões anuais, segundo informações da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

O que leva as coisas a continuarem como estão?

Mas por que esse modelo injusto não é modificado? A explicação está no financiamento privado de campanhas e na bancada de empresários constituída no Congresso. Repleto de políticos ricos e devedores de gratidão a empresários financiadores de suas campanhas, o Congresso tem resistência em mudar as regras do sistema tributário brasileiro.



Ministro do Supremo, Alexandre de Moraes, com o governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB).

A Constituição de 1988 previu, por exemplo, o imposto sobre grandes fortunas, mas até hoje a nação espera pela aprovação de uma lei para tirar a taxa do papel. A taxa de patrimônio poderia render aproximadamente 100 bilhões de reais por ano se aplicada, em uma simulação hipotética, sobre valores superiores a um milhão de reais. Um capítulo recente desta questão aconteceu no STF. O Tribunal extinguiu ação, de autoria do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), que pedia a criação de Imposto sobre Grandes Fortunas. Quem eliminou a possibilidade foi o ministro do Supremo, Alexandre de Moraes, o mais novo na Corte, primeiro indicado por Michel Temer, o presidente que assumiu depois do Golpe contra a presidenta eleita Dilma Rousseff.

Além disso, a arrecadação tributária brasileira poderia se expandir em 27,6% caso fosse possível eliminar a evasão tributária.

Atualmente, o valor sonegado no Brasil foi da ordem de 9,1% do PIB. Deixa-se de recolher R\$ 571,5 bilhões, levando-se em conta o PIB do ano de 2016.

Caso não houvesse evasão, o peso da carga tributária poderia ser reduzido em quase 30% e ainda manter o mesmo nível de arrecadação.

“**O Tribunal extinguiu ação, de autoria do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), que pedia a criação de Imposto sobre Grandes Fortunas.**”

Uma volta ao nosso passado recente

Em uma rápida passagem sobre o nosso passado recente é o suficiente para percebermos como os mais ricos, que um dia foram obrigados a contribuir efetivamente com serviços públicos, livraram-se pouco a pouco, a partir da Ditadura Militar.

Mesmo em modelo aristocrático de gestão do país, o que não foi alterado, diga-se de passagem, preconizava-se que os tributos deveriam ser proporcionais à renda dos indivíduos. Mas essa realidade foi sendo modificada, com a percepção mais aprofundada das possibilidades de apropriação da população mais pobre.

No Brasil Império, houve a primeira experiência de um imposto sobre a renda dos brasileiros. As alíquotas progressivas variavam entre 2% e 10% sobre os rendimentos dos servidores públicos. Somente em 1922, após amplos debates, a proposta de um real e definitivo imposto sobre a renda foi aprovada no Congresso Nacional, passando a vigorar em 1923.

O imposto de renda brasileiro nasceu com alíquotas progressivas relativamente baixas, uma mínima de 0,5% e uma máxima de 8%. Como em outros países, houve um processo de ampliação da quantidade de alíquotas e elevação dessas a medida que mais serviços foram absorvidos pelos Estados nacionais e regionais.

Em 1961, o então presidente Jânio Quadros modificou a alíquota máxima de 50% para 60% dos rendimentos. Um ano depois, já no governo de João Goulart, a alíquota máxima subiu para 65%, alcançando o maior percentual histórico. O tributo contava com 14 faixas de alíquotas progressivas, as quais iniciavam em 3%.

Nos governos militares ocorreu o primeiro aceno para a estagnação

e, posteriormente, para a redução da progressividade tributária. Uma das medidas desses governos foi a diminuição da alíquota máxima do imposto de renda concernente às pessoas físicas para 55% e depois para 50% dos rendimentos. Outra atitude tomada foi a redução de 14 para 12 faixas de rendas tributadas, número que permaneceu durante a maior parte do regime militar.

A partir da égide da liberalização financeira, na década de 80, assentou-se a concepção de que a renda deveria ser tributada linearmente, ao passo que o capital deveria ser desonerado para atrair fluxos de investimentos. Tais transformações fizeram os impostos sobre a renda e sobre o capital caírem drasticamente.

Apesar dos avanços propostos por nossa Constituição de 1988, que aponta para um Estado que tem o dever de prestar a universalização de serviços fundamentais para o seu povo, esta população paga, literalmente, muito caro, para manter a promoção do desenvolvimento. Ou seja, embora a Constituição tenha ampliado o Estado Social, as transformações, do ponto de vista da arrecadação, foram regressivas.

Uma das primeiras mudanças foi a redução de oito para duas faixas de imposto de renda. Já a alíquota máxima saiu de 45% para 25%.

Avanço da carga tributária

O Plano Real, instituído em 1994, foi responsável pelo aprofundamento da injustiça fiscal no Brasil, significando a “inserção subordinada do Brasil ao mercado internacional”, conforme o auditor fiscal e membro do Instituto Justiça Fiscal (IJF), Pau-

lo Gil. Ele avalia que o desequilíbrio da balança comercial causada pelo câmbio valorizado foi coberto com uma política de juros altos, que resultou na entrada maciça de capital especulativo.

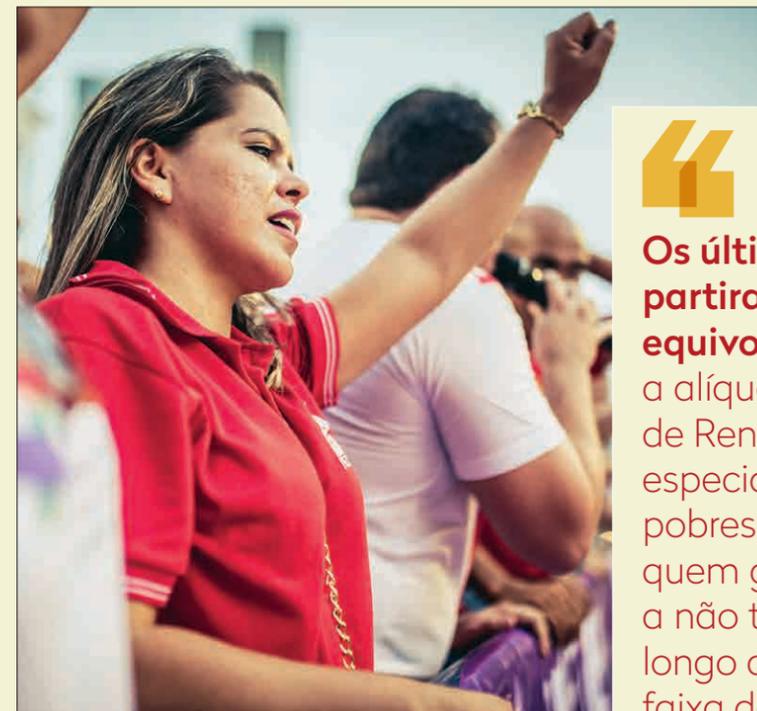
Sendo assim, como forma de sustentar os gastos governamentais necessários neste novo modelo - gastos financeiros e não políticas públicas - iniciou-se, segundo Paulo Gil, uma reforma tributária regressiva, pró-ricos e anti-povo. Ou seja, implementou-se um sistema mais injusto para dar suporte à remuneração dos rentistas.

O Governo iniciou neste período o congelamento da tabela de incidência do IRPF: o número de declarantes passa de 6,6 milhões em 1995 para 16,8 milhões em 2002; realizou o aumento da tributação que incide sobre o consumo; e implantou a isenção fiscal para lucros e dividendos distribuídos e dedução de “juros

sobre capital próprio”, como destacamos acima.

“Os últimos governantes partiram da premissa equivocada de manter a alíquota de Imposto de Renda atingindo especialmente mais pobres, o que leva a quem ganha menos a não ter passado, ao longo dos anos, para a faixa de isenção. Ao mesmo tempo, tal matemática privilegia os mais ricos, que progressivamente recebem menos mordidas do Imposto. Este raciocínio do comando do país não traz justiça social”, avalia Enedina Soares.

A divulgação dos dados de imposto de renda, ocorrida recentemente, tornou factível a mensuração das disparidades geradas pelo tratamento diferenciado dos rendimentos. Na medida em que os dividendos são isentos de impostos, os segmentos de renda mais elevados da sociedade contribuem proporcionalmente menos para os cofres públicos.



Enedina Soares, presidenta da FETAMCE

“Os últimos governantes partiram da premissa equivocada de manter a alíquota de Imposto de Renda atingindo especialmente mais pobres, o que leva a quem ganha menos a não ter passado, ao longo dos anos, para a faixa de isenção.

E quais as alternativas para que a política tributária se torne mais justa?

Conforme o Instituto Justiça Fiscal (IJF), é imperativo deslocar a carga tributária que incide sobre o consumo e os salários para as altas rendas e o grande patrimônio.

A organização elenca como prioritárias as seguintes propostas:

- Adotar isonomia quanto ao IRPF: todos os rendimentos na tabela progressiva;
- Instituir um limite de isenção do IRPF, respeitando o valor mínimo necessário para a sobrevivência familiar;
- Reestabelecimento da progressividade do IRPF;
- Alívio à tributação sobre o consumo, sem enfraquecer o financiamento da Seguridade Social;
- Aumento da tributação das heranças e da transmissão;
- Regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF);
- Tributação dos minérios;
- Tributação regulatória dos fluxos financeiros, especialmente os especulativos;
- Efetivação da punibilidade criminal nos crimes contra a ordem tributária;
- Reforma ou extinção do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais -, que está submetido ao Ministério da Fazenda. Denúncias de um esquema bilionário de corrupção envolvem o órgão, com alguns conselheiros acusados pela Polícia Federal de suspender julgamentos e de alterar votos em favor de empresas em troca de pagamentos.

“A questão central é perguntar: quem é que paga a conta do financiamento do Estado, das políticas públicas? No atual modelo tributário, quem paga a conta são os trabalhadores, os consumidores, porque a maior parte da carga tributária é empurrada para o consumo. Em contrapartida, há uma isenção para os empresários que recebem lucros e dividendo. Só no Brasil e na Estônia existe essa isenção. Há também uma baixíssima tributação sobre as grandes propriedades. Então, uma reforma tributária para valer tem de ser progressiva: tributar mais aqueles que têm mais e ganham mais, e desonerar os que ganham menos”, resumiu o auditor fiscal e membro do IJF, Paulo Gil.

No entendimento da presidente da Fetamce, o trabalhador ainda não sabe que paga muito imposto. Como não sabe, não reclama. “É a genialidade do atual sistema fiscal opressor protegido por todos os poderes do país”, destaca Enedina. Conforme a dirigente, o grande desafio é fazer o debate com os trabalhadores, de modo que eles entendam que são eles que pagam, e pagam muito, por este modelo de Estado sustentado na opressão.



Paulo Gil, Instituto Justiça Fiscal

OH! MUNDO TÃO DESIGUAL RIQUEZA DE 1% ULTRAPASSA A DOS OUTROS 99% DA POPULAÇÃO

No Brasil, os 6 bilionários mais ricos detêm mesma riqueza que a metade mais pobre de nossa população - cerca de 100 milhões de pessoas.



Ilustração: freepik

Hoje, apenas 8 homens têm a mesma riqueza que as 3,6 bilhões de pessoas mais pobres do mundo. O 1% mais rico da população detém uma riqueza maior que os outros 99% juntos.

No Brasil não é diferente. Aqui, os 6 bilionários mais ricos detêm mesma riqueza que a metade mais pobre de nossa população - cerca de 100 milhões de pessoas.

Os números são do relatório “Uma economia para os 99%”, produzido pela Oxfam Internacional, uma confederação de 17 organizações e mais de 3000 parceiros, que atua em mais de 100 países na busca de soluções para o problema da pobreza e da injustiça. A organização destaca que o fosso entre os ricos e o restante da sociedade aumentou.

A desigualdade global não só continua inabalável, como acelerou-se. Desde 2015, o 1% mais rico detinha mais riqueza que o resto do planeta. Ao longo dos próximos 20 anos, 500 pessoas passarão mais de US\$ 2,1 trilhões para seus herdeiros - uma soma mais alta que o PIB da Índia, um país que tem 1,2 bilhão de habitantes.



Impressiona o fato da renda dos 10% mais pobres ter aumentado somente cerca de US\$ 65 entre 1988 e 2011, enquanto a do 1% mais rico aumentou cerca de US\$ 11.800, ou seja, 182 vezes mais.



Foto: Reprodução da internet



Nos últimos 30 anos, a renda dos 50% mais pobres permaneceu inalterada, enquanto a do 1% mais rico aumentou 300%.

Impressiona o fato da renda dos 10% mais pobres ter aumentado somente cerca de US\$ 65 entre 1988 e 2011, enquanto a do 1% mais rico aumentou cerca de US\$ 11.800, ou seja, 182 vezes mais.

Ainda usando o levantamento da Oxfam, observamos a informação de que um diretor executivo de qualquer empresa do índice FTSE-100 (com ações representativas da Bolsa de Valores de Londres) ganha o mesmo em um ano que 10.000 pessoas que trabalham em fábricas de vestuário em Bangladesh. Nos Estados Unidos, uma pesquisa recente realizada pelo economista Thomas Piketty revela que, nos últimos 30 anos, a renda dos 50% mais pobres permaneceu inalterada, enquanto a do 1% mais rico aumentou 300%. No Vietnã, o homem mais rico do país ganha mais em um dia do que a pessoa mais pobre ganha em dez anos.



Só nos dois últimos anos, 2015 e 2016, os grandes empresários tiveram lucros super altos. As 10 maiores empresas do mundo obtiveram receita superior a de 180 países juntos.

De acordo com a Oxfam, que lançou uma campanha global para construir um mundo menos desigual, se nada for feito, a desigualdade crescente pode desintegrar nossa sociedade.



De acordo com a Oxfam, que lançou uma campanha global para construir um mundo menos desigual, se nada for feito, a desigualdade crescente pode desintegrar nossa sociedade.

Esmagando trabalhadores

A desigualdade tem um viés devastador sobre o mundo do trabalho em todo o planeta. A exemplo disso, o relatório da Oxfam mostra que o diretor executivo da maior empresa de informática da Índia ganha 416 vezes mais que um funcionário médio da mesma empresa.

Na década de 1980, produtores de cacau (os que estão plantando e colhendo a matéria-prima lá nas fazendas) ficavam com 18% do valor de uma barra de chocolate – atualmente, ficam com apenas 6%.

A regressão é tão grande, que, na maior parte do mundo, inclusive em nosso país, registramos trabalho forçado ou análogo à escravidão. Em casos extremos, este crime pode ser usado para manter os custos corporativos baixos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 21 milhões de trabalhadores exerçam trabalhos forçados, que geram cerca de US\$ 150 bilhões em lucros para empresas anualmente. Todas as maiores empresas de vestuário do mundo têm ligação com fábricas de fiação de algodão na Índia que usam trabalho forçado de meninas, rotineiramente. Os trabalhadores menos remunerados e que trabalham nas condições mais precárias são, predominantemente, mulheres e meninas. Em todas



Foto: Reprodução do internet

as partes, empresas estão implacavelmente empenhadas em reduzir seus custos com mão de obra – e em garantir que os trabalhadores e fornecedores da sua cadeia de abastecimento fiquem com uma fatia cada vez menor do bolo econômico. Infelizmente, não tem sido diferente em nosso país. De acordo com a Repórter Brasil, de 1995, quando o governo brasileiro reconheceu a existência do trabalho escravo contemporâneo no Brasil, até 2015, foram libertados 49.816 trabalhadores nessa situação, em todos os estados brasileiros, de acordo com dados do Ministério do Trabalho. Porém, o sistema brasileiro de combate à escravidão contemporânea, assim como todas as políticas relacionadas aos direitos fundamentais no país, está ameaçado de sofrer retrocessos. Só em 2015, foram libertados pelo menos 1.111 trabalhadores.



A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que 21 milhões de trabalhadores exerçam trabalhos forçados, que geram cerca de US\$ 150 bilhões em lucros para empresas anualmente.



Foto: Reprodução do internet

Maximização extrema dos lucros



Bill Gates, magnata, que fundou, junto a Paul Allen, a Microsoft, a maior e mais conhecida empresa de software do mundo em termos de valor de mercado.



Wesley (dir.) e Joesley Batista, donos da JBS, durante evento em São Paulo em agosto de 2013.

Em muitas partes do mundo, as empresas estão cada vez mais perseguindo um único objetivo: maximizar os retornos para seus acionistas. Os dados, mais uma vez, escapam a situação. No Reino Unido, 10% dos lucros das empresas foram distribuídos aos seus acionistas em 1970; atualmente, esse percentual é de 70%. Uma inversão completa. Na Índia, o percentual é mais baixo, mas está crescendo rapidamente e, para muitas empresas, supera 50% atualmente.

“O fato é que cada dólar de lucro passado aos acionistas de empresas é um dólar que poderia ter sido usado para garantir uma remuneração mais alta a produtores ou trabalhadores, financiar políticas públicas ou investir em infraestrutura ou inovação”, diz o documento da Oxfam.

Os donos do poder, de fato, não são os políticos, mas grandes empresários, que usam o enorme poder e influência para garantir que possibilitem a continuidade de seus lucros. No Brasil, os casos de corrupção escancaram isso. Só para citar o exemplo mais recente, temos a multinacional brasileira JBS. Talvez a mega empresa dos ultra-ricos irmãos Joesley e Wesley Batista seja a representação mais clara de como os poderes políticos e econômicos

se aglutinam na construção de um império financeiro, que se sustentou com financiamentos e deduções de impostos, assim como super-faturamento. Um misto de tudo que a camaradagem que beneficia os ricos pode produzir.

A Oxfam conclui que, diante deste cenário, empresas de menor porte precisam lutar para competir e pessoas comuns acabam pagando mais por produtos e serviços controlados por cartéis, pelo poder monopolista de mega-empresas e por pessoas que mantêm estreitas relações com o governo.

Diante de toda essa situação, sob qualquer ponto de vista, não é exagerado dizer que vivemos na Era dos Super Ricos ou na Era Dourada do capital financeiro.



Os super-ricos evidenciam claramente a crise da desigualdade. Eles a estão perpetuando ativamente.

Os números mais uma vez comprovam. Os 1.810 bilionários (em dólares) incluídos na lista da Forbes de 2016, dos quais 89% são homens, possuem um patrimônio de US\$ 6,5 trilhões – a mesma riqueza detida pelos 70% mais pobres da humanidade. A Oxfam indica que um terço do patrimônio dos bilionários do mundo tem origem em riqueza herdada, enquanto 43% podem ser atribuídos ao favorecimento ou nepotismo.

Além disso, novas engrenagens têm fortalecido a manutenção desse status. A indústria altamente sigilosa da gestão da riqueza tem sido extremamente bem-sucedida em aumentar a prosperidade dos super-ricos. A fortuna de Bill Gates aumentou 50%, ou seja, em US\$ 25 bilhões, desde que ele deixou a Microsoft, em 2006. Os bilionários multiplicam suas fortunas a uma taxa média de 11% ao ano, desde 2009. Diante de tudo isso, é possível que tenhamos o primeiro trilionário do mundo em 25 anos, de acordo com estimativa da Oxfam.

“Os super-ricos evidenciam claramente a crise da desigualdade. Eles a estão perpetuando ativamente”, conclui o documento.

Conforme a campanha Uma economia para os 99%, é imperativo desenvolver uma economia humana, com vistas a eliminar os problemas que contribuíram para a crise de desigualdade que enfrentamos atualmente. Isso passa por um grande processo de educação e informação da população sobre a desigualdade crescente, de forma a criar espaço para a eleição de governantes comprometidos com os 99% da população.

A Oxfam coloca ainda, em seu relatório, que é necessário mensurar o progresso humano com base nas

diversas medidas alternativas disponíveis, que devem refletir não apenas a escala da atividade econômica, mas também como a renda e a riqueza são distribuídas. Tudo isso possibilitaria a construção de um mundo melhor na atualidade e para gerações futuras, possibilitando um verdadeiro progresso das nossas sociedades.

Para Enedina Soares, presidente da Fetamce, na avaliação destes dados, mostra-se premente a realização de uma reforma política de caráter popular no país. A mudança precisa entrar na agenda do povo brasileiro, na busca por uma representatividade mais próxima aos interesses da maioria do povo.

“É também necessário enfrentar duramente as causas estruturais dessa desigualdade histórica, que afeta o país desde a época da colonização, feita por exploração e com extrema concentração de terras, assim como sintonizar essa luta às batalhas que se dão em todo o mundo contra a opressão extrema que se constata”, ratifica a dirigente.

Segundo Enedina, ao longo da história mundial valorizou-se demasiadamente “uma elite masculina e o patriarcado”, e a escravidão, inclusive a brasileira, resultou em grandes diferenças econômicas e sociais. “Tudo precisa vir acompanhado de uma base mais sólida para o crescimento sustentável, que passa pela necessidade de acabar com os paraísos fiscais e garantir sistemas tributários que sejam justos com o trabalhador. E, nesta dura conjuntura, tudo passa também pela resistência contra a crescente desvalorização salarial, a perda de poder dos trabalhadores e sindicatos, a evasão e a elisão fiscal”, concluiu a sindicalista.

Fórum lança campanha



CAMPANHA PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

As instituições integrantes do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social lançaram em maio de 2015 a campanha nacional “Desigualdade: isso é da sua conta”.

A Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil está estruturada em seis eixos: mudar o modelo tributário, preservar e ampliar os direitos sociais, preservar e ampliar políticas públicas de valorização do trabalho, aumentar investimentos públicos em educação, reforçar a função social do Estado e ampliar a democracia e a participação social.

Agora, as entidades desenvolverão estratégias e ações de mobilizações que vão levar para a população a realidade de desigualdade e propostas de superação deste quadro.

QUEM PAGA O PATO? O SILÊNCIO EM TORNO DOS R\$ 1,8 TRILHÃO DEVIDO PELAS GRANDES EMPRESAS AO PAÍS

A dívida ativa da União, formada por débitos de pessoas físicas e jurídicas com a União, chegou, no final de 2016, a R\$ 1,8 trilhão, segundo dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Tal cifra supera a arrecadação total brasileira no mesmo ano, que foi de R\$ 1,29 trilhão.



Quem responde pela maior parte da dívida são as grandes empresas e empresários brasileiros. Um total de 63,7% do estoque está concentrado em 12.859 devedores. Essas pessoas físicas e jurídicas devem aproximadamente R\$ 900 bilhões. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional informa que olha para este grupo de forma diferente. Porém, a avaliação de economistas é de que os grandes devedores contam com a impunidade e falta de vontade política dos governos de cobrarem as dívidas. É ilícito e, nesse estoque, tem muito de sonegação fiscal, evasão de divisas, blindagem patrimonial.

Há cerca de R\$ 252,1

bilhões de reais que já integram processos transitados em julgado. Se o Estado recebesse esse valor, cobriria-se com sobras o déficit fiscal do país anunciado pelo governo Temer.

Por trás desse déficit bilionário escondem-se muitos crimes, não apenas financeiros - há crimes ambientais, eleitorais, grilagem de terras, assassinatos. Foi o que concluiu estudo recente do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), analisando a lista dos maiores devedores da Amazônia.

Um importante elemento para a Dívida Ativa da União ser um montante tão alto é que apesar da sonegação fiscal ser crime no Brasil, ela é um crime sem

pena. A Lei 9.249/1995, no seu artigo 34, estabeleceu que o pagamento do tributo extingiria a punibilidade.

Nesse momento, os legisladores (deputados e senadores) enviaram uma mensagem para a sociedade: “o crime de sonegação fiscal compensa”. Da forma que está hoje, no Brasil vale a pena fraudar as declarações fiscais e sonegar, pois, o risco do prejuízo é, no máximo, financeiro, que pode ser calculado, e inclusive lucrativo.

Mas, conforme a historiadora e secretária de combate ao racismo da Fetamce, Ninivia Campos, o que chama atenção é o cinismo da opinião pública, especialmente da imprensa e da classe política, que esconde o fato. “A elite econômica, cujos interesses da elite política defende, vem dilapidando o bem público desde que aqui pisaram os primeiros europeus no século XVI e isso é uma grande prova disso”, exemplifica.

Segundo Ninivia, causa indignação o Governo Temer e a maioria do Congresso impor sacrifícios ao povo, enquanto escondem esta realidade. “Temer acena com o aumento de impostos e a supressão de direitos básicos, que atingem essencialmente a classe média e os pobres, ao mesmo tempo em que beija os lábios dos empresários e da aristocracia. É muito triste acompanhar o rumo que tomou o país, mas ao mesmo tempo é preciso dizer que nunca trabalhamos para romper essa lógica e fomos atropelados. A verdade é que todas as vezes em que a elite econômica sente-se ameaçada em seus privilégios, seja por incompetência ou por excesso de exploração, recorre a seu braço político para resolver o impasse. E é isso o que acontece agora. Só muita luta e conscientização das massas para tentar romper com esse quadro de desigualdade”, finaliza a dirigente, que é professora da rede municipal e docente universitária.

Certo estava Bertolt Brecht (dramaturgo e poeta alemão, falecido em 1956): “Aquele que não conhece a verdade é simplesmente um ignorante, mas aquele que a conhece e diz que é mentira, este é um criminoso”.

LISTA DE MAIORES DEVEDORES DA UNIÃO

Vale
Carital Brasil LTDA
Petrobras
Indústrias de Papel Ramenzoni
Duagro
Vasp
Bradesco
Varig - Falida
American Virginia indústria e comércio, importação e exportação de tabacos
Condor - Factoring



MERCAGO SURTA COM POSSIBILIDADE DE TAXAR RICOS NO BRASIL



Tio Patinhas e seus familiares Huguinho, Zezinho, Luizinho e Pato Donald na animação da Disney Television "DuckTales: Os Caçadores de Aventuras". Ilustração: Reprodução da Televisão.

Numa tentativa de rechaçar completamente qualquer possibilidade de instituição de um Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), os porta-vozes do Mercado no Brasil trataram de lançar fogo sobre a opinião pública argumentando que a proposta seria ineficaz. Na avaliação deste segmento, o imposto só aumentaria a carga tributária brasileira e poderia gerar evasão fiscal.

Apesar de defenderem as reformas trabalhista e da previdência, além da

Emenda Constitucional do congelamento dos gastos públicos, os empresários e milionários do país passaram a afirmar, quando o assunto é este, que o Brasil não enfrenta os mesmos problemas de endividamento da Europa e dos Estados Unidos.

Os conservadores argumentam que um imposto como esse, confiscatório, afugentaria os ricos e resultaria em um menor crescimento do país, o que seria, no entendimento deles, ainda pior para a nossa economia.

A proposta dos impostos sobre

fortunas voltou à tona no âmbito internacional após a crise de 2008, e, mais recentemente, com o sucesso do livro "O Capital No Século XXI" (2013), do economista francês Thomas Piketty, para quem não discutir impostos sobre riqueza é loucura. Para Piketty, o ajuste da desigualdade de riqueza em todo o mundo deve passar por um imposto sobre a riqueza global, de modo que haja uma cooperação entre os países sobre os ativos financeiros transfronteiriços.

De acordo com um estudo do

Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a literatura internacional mostra que os impostos sobre riqueza, bem como os impostos sobre herança, são os mais eficazes em termos distributivos. Para que a arrecadação seja alta e eficiente, o país deve ser desigual em termos de riqueza, e contar com muitas famílias muito ricas, o que é o caso do Brasil. Além disso, a incidência do imposto deve ser sobre pessoas físicas e jurídicas, a tributação deve ser especial para não residentes e deve haver severas normas contra a evasão fiscal.

O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fernando Zilveti, não vê obstáculos para o imposto sobre ricos, porque o rico não paga imposto como pessoa física no Brasil. "Quando uma empresa tem um determinado lucro, como pessoa jurídica ela recolhe o imposto. Mas na distribuição do resto do lucro, o dinheiro entra limpo no bolso do empresário", diz Zilveti, que também discorda da tese da supertributação, uma vez que o tributo está previsto na Constituição de 1988.

A revolta é grande.

Existem sites que se colocam contra a medida, como o Mises Brasil, que possui texto de raiz ultra-liberal, defendendo absurdos como o fim da Justiça do Trabalho. Além disso, os jornalões a cada nova campanha em torno do Imposto, se pronunciam de forma voraz, a exemplo de editorial do O Globo, de junho de 2016, que tinha como título "Ilusões com o imposto sobre 'grandes fortunas'". O Globo desclassifica os defensores da medida, e ainda diz ser fruto de um "imaginário das esquerdas", apesar de estar no texto constitucional.

Mas a realidade mostra o contrário. Na verdade, quase todos os países da Europa Ocidental já adotaram um imposto deste tipo. Mesmo sociedades mais liberais,



como Reino Unido e Estados Unidos implementaram uma forte tributação sobre heranças, que contribui para equilibrar problemas distributivos.

Com a medida, houve tendência de crescimento da arrecadação e do número de contribuintes em países como França, Uruguai e Argentina, os dois últimos nossos vizinhos.

Atualmente, na Europa, a Holanda, a França, a Suíça, a Noruega, a Islândia, Luxemburgo, a Hungria e a Espanha possuem o imposto sobre riqueza. Cada país possui uma estrutura de taxação diferente, mas o resultado comum é a cobrança de impostos sobre os patrimônios mais elevados.

É uma demanda que não pode passar sem que seja de fato debatida no Brasil. Se os impostos daqui fossem mais direcionados a taxar a riqueza, a partir de impostos sobre transferências bancárias ou heranças, seria possível começar a equilibrar essa conta. O Brasil tem uma boa quantidade de famílias passíveis de serem tributadas. No ranking das famílias mais ricas do mundo, o nosso país está em 7º lugar, acima de países como Holanda, Suíça e Argentina, que tributam riqueza.

A tributação de grandes fortunas, como afirma Thomas Piketty, trata-se de uma questão global. Enquanto houver paraísos fiscais, a taxação dos mais ricos sempre será um desafio, em qualquer lugar do mundo. Mesmo assim, em um país tão desigual em termos de renda e riqueza, como o nosso, esse imposto poderia ser um primeiro passo.

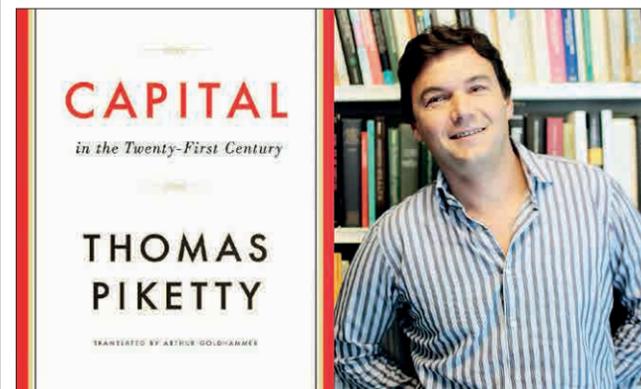


Foto: Marcos Adalgas/Fetamce



SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO ONERA MAIS NEGROS E MULHERES, MOSTRA ESTUDO

Caracterizado por onerar proporcionalmente os mais pobres em relação aos mais ricos, o sistema tributário brasileiro provoca um tipo mais profundo de injustiça. Segundo estudo do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), os impostos punem mais os negros e as mulheres em relação aos brancos e aos homens.

O levantamento cruzou dados de duas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O estudo baseou-se na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), que fornece dados sobre a renda das famílias, e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que capta informações demográficas como raça e gênero.

Segundo o levantamento, os 10%

mais pobres da população comprometem 32% da renda com o pagamento de tributos. Para os 10% mais ricos, o peso dos tributos cai para 21%. A relação com o gênero e a raça aparece ao comparar a participação de cada fatia da população nessas categorias de renda.

Nos 10% mais pobres da população, 68,06% são negros e 31,94%, brancos. A faixa mais desfavorecida é composta por 45,66% de homens e 54,34% de mulheres. Nos 10% mais ricos, que pagam menos imposto proporcionalmente à renda, há 83,72% de brancos e 16,28% de negros. Nessa categoria, 62,05% são homens e 31,05%, mulheres.

A verdade é que, apesar da Declaração Universal de Direitos Humanos e do texto constitucional, a carga tributá-

“ Nos 10% mais pobres da população, 68,06% são negros e 31,94%, brancos. A faixa mais desfavorecida é composta por 45,66% de homens e 54,34% de mulheres. Nos 10% mais ricos, que pagam menos imposto proporcionalmente à renda, há 83,72% de brancos e 16,28% de negros. Nessa categoria, 62,05% são homens e 31,05%, mulheres. **”**

ria brasileira, devido à sua característica regressiva, tem incidido mais sobre: pobres, negros e mulheres.

“Por isso reforçamos que a justiça fiscal é necessária para promover direitos das mulheres. A luta por igualdade de gênero tem uma dimensão fiscal. Só a justiça tributária assegura serviços públicos de qualidade e impede penalização social das mulheres”, diz Sheila Gonçalves, secretária de mulheres da Fetamce.



Sheila Gonçalves, secretária de mulheres da Fetamce.

Foto: Marcos Adalgas/Fetamce

Foto: Mídia Ninja



Historicamente, o sistema tributário brasileiro pune os mais pobres porque a maior parte da tributação incide sobre o consumo e os salários, em vez de ser cobrada com mais intensidade sobre o patrimônio e a renda do capital.

Para reverter a situação, Sheila aponta a necessidade de uma reforma tributária, que amplie a tributação sobre o patrimônio e a renda do capital e desonerar o consumo e a renda do trabalho.

“As negras recebem um terço dos

salários dos brancos, tal realidade, exige políticas que sejam pensadas para enfrentar essas desigualdades. A tributação não é neutra em relação ao gênero, a raça e a classe: as políticas fiscais podem reduzir ou reforçar as desigualdades, ao desonerar ou onerar ainda mais estes grupos”, coloca a dirigente da Fetamce.

Um sistema tributário progressivo acompanhado de despesas redistributivas podem gerar receitas significativas para o País. Por exemplo, o Equador

triplicou sua despesa com educação passando de US\$ 225 milhões em 2003-2006 para US\$ 941 milhões em 2007-2010 por meio de políticas eficazes de mobilização de arrecadação tributária.

Há também outra injustiça forte, embora não remunerado, há situações em que o trabalho das mulheres subsidia o crescimento econômico. Estima-se que se o tempo que as mulheres gastam realizando cuidados não remunerados e trabalho doméstico fosse monetarizado, equivaleria a US\$ 10 trilhões por ano, em torno de 13% do PIB mundial.

“**As negras recebem um terço dos salários dos brancos, tal realidade, exige políticas que sejam pensadas para enfrentar essas desigualdades.**”



As diferenças de indicadores e números sobre populações negra e branca no Brasil mostram a necessidade de uma luta para modificar a realidade. Este foi o tom da Marcha das Mulheres Negras realizada em Brasília, no dia 18 de novembro de 2015. Foto: Lula Marques/Agência PT

Senhores de engenho

Não muito diferente do período colonial, globalmente, 9 dos 10 maiores bilionários são homens brancos. “Transferir e redistribuir a riqueza por meio da tributação tem o potencial de enfrentar a discriminação sistêmica baseada em gênero, raça/cor, idade, orientação sexual, deficiências e situação socioeconômica”, pondera Sheila.

Quando os países não arrecadam de forma progressiva o imposto de renda, não tributam a renda decorrente de lucros e dividendos, favorecem as grandes corporações por meio de benefícios fiscais sem monitoramento do retorno social, ou “fecham os olhos” à elisão e evasão fiscal: a absoluta maioria desses recursos que deixam de ser arrecadados pelo Estado é acumulada por homens.

Além disso, os paraísos fiscais que desempenham papel central nesta drenagem de recursos públicos também abrigam fluxos financeiros ilícitos resultantes do tráfico de mulheres. Como nosso sistema financeiro continua a oferecer oportunidades para esconder e lavar dinheiro, produto do crime,

e majoritariamente são os homens brancos os arquitetos desse sistema, são as mulheres e as meninas que acabam pagando o mais alto preço dessa arquitetura.



Transferir e redistribuir a riqueza por meio da tributação tem o potencial de enfrentar a discriminação sistêmica baseada em gênero, raça/cor, idade, orientação sexual, deficiências e situação socioeconômica.

Austeridade prejudica políticas de igualdade de gênero e de raça



As políticas de austeridade, de corte de gastos, como as adotadas no momento no Brasil, quase sempre afetam as políticas públicas de promoção e de proteção social, inviabilizando a realização dos direitos das mulheres, penalizando ainda mais o gênero.

Em apenas em um ano, entre 2016 e 2017, o programa “Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia” teve corte orçamentário de 52%, o equivalente a R\$ 5,5 milhões, conforme dados do Siga Brasil e análise do INESC. É esse Programa que deveria garantir, por exemplo, o atendimento às mulheres em situação de violência.

No Brasil, há ainda o problema do racismo institucional na rede pública de saúde: de acordo com a Secretaria de Política para Mulheres, de 2000 pra 2012, as mortes por hemorragia entre mulheres brancas caíram de 141 casos por 100 mil partos para 93 casos; entre mulheres negras aumentou de 190 para 202.

O caminho para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) voltado para a igualdade de gênero ainda é longo: segundo a ONU Mulheres, cerca de 90% dos Planos Nacionais de Ação para a Igualdade de Gênero analisados não contam com a previsão de financiamento necessária.

Fotos: Reprodução da internet



Da esquerda para a direita, o clube dos homens mais ricos do mundo - Bill Gates, Amancio Ortega, Warren Buffett, Carlos Slim, Jeff Bezos, Mark Zuckerberg, Larry Ellison e Michael Bloomberg. Sem nenhuma surpresa, todos estes poderosos são homens e brancos.

O NEBULOSO CASO PANAMA PAPERS

Há pouco mais de um ano, explodiu no mundo denúncias de *offshores* do Panamá que teriam sido utilizadas para cometer crimes contra o sistema financeiro, a ordem tributária e a administração pública. O escândalo ficou conhecido como Panamá Papers.



PANAMA PAPERS

O QUE É OFFSHORE?

É o nome comum dado às contas bancárias e empresas abertas em territórios beneficiários do estatuto de paraíso fiscal, geralmente com o intuito de pagar-se menos impostos do que no país de origem dos seus proprietários ou de ocultar a origem do dinheiro, de crime ou de corrupção.

De acordo com as investigações jornalísticas, empresas de papel criadas pela Mossack Fonseca auxiliaram na ocultação de fortuna pelo mundo. Essa empresa panamenha ganhou – e logo perdeu – os holofotes da grande mídia brasileira por conta das operações policiais da Lava Jato. Mas a verdade é que o assunto possa ter desaparecido da cena pública depois dos documentos mostrarem conexões entre figuras blindadas pela mídia comercial (ou ela mesma) e a aristocracia brasileira.



Mansão da família Marinho, em Paraty (RJ)

Exemplo disso são as ligações evidenciadas entre a Globo e a Mossack Fonseca. A mansão da família Marinho, em Paraty (RJ), e um heliporto usado pelos filhos de Roberto Marinho estão registrados no nome de uma empresa de fachada ligada à Mossack Fonseca, a Vaincre LCC.

Nesse emaranhado de empresas de papel, surge também a Brasif, outra empresa vinculada à Mossack. A Brasif, por sua vez, está ligada à Globo pelo pagamento de Miriam Dutra, jornalista e ex-namorada de Fernando Henrique Cardoso.

A Brasif era proprietária da Eurotrade Ltd, com sede nas Ilhas Cayman. A Eurotrade Ltd. firmou, em 2002, contrato com a jornalista Miriam Dutra, segundo a qual FHC – com quem ela teria um filho – usou essa empresa para bancá-la no exterior. A Brasif era concessionária das lojas 'dudy free' nos aeroportos.



Nesse emaranhado de empresas de papel, surge também a Brasif, outra empresa vinculada à Mossack. A Brasif, por sua vez, está ligada à Globo pelo pagamento de Miriam Dutra, jornalista e ex-namorada de Fernando Henrique Cardoso.




MOSSACK FONSECA & CO.
(GENEVA) SA
A SUBSIDIARY OF MOSSACK FONSECA & CO.
ATTORNEYS AT LAW

PANAMA PAPERS

A Brasif, segundo a Folha de São Paulo, conseguiu “derrubar” medida criada no governo FHC para limitar a US\$ 300 por pessoa (eram US\$ 500) o gasto nos free shops, além de ter dominado praticamente sozinha a concessão desse tipo de loja em aeroportos.

Outras denúncias mostraram que políticos de, pelo que se tem até agora, sete partidos brasileiros teriam contas em empresas *offshores* no exterior abertas pela companhia panamenha Mossack Fonseca, especializada em camuflar ativos usando companhias sediadas em paraísos fiscais. PDT, PMDB, PP, PSB, PSD, PSDB e PTB são as legendas cujos integrantes aparecem na lista Panamá Papers.

E ao menos 57 brasileiros já relacionados à investigação da Polícia Federal aparecem nos documentos ligados a mais de cem *offshores* criadas em paraísos fiscais. Figuram Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ex-presidente da Câmara dos Deputados e preso pela Lava Jato, Edison Lobão

(PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia, e João Lyra (PTB-AL), usineiro e ex-deputado federal.

E pelo menos 22 empresas e famílias brasileiras estão nos arquivos dos Panama Papers por manterem relação com firmas abertas em paraísos fiscais. Na lista, estão os controladores da gigante Ambev, o Grupo Telles (antigo dono da Ypióca), o empresário Walter Faria, do Grupo Petrópolis, e um dos donos da M. Dias Branco (produtora de massas). Também está nos arquivos um dos donos do frigorífico multinacional JBS.

Mesmo um nome conhecido do novo cenário político e que arrota ética aparece neste mar de dinheiro. Documentos mostraram que o prefeito de São Paulo, João Doria Jr, comprou uma empresa de prateleira do escritório panamenho Mossack Fonseca. Incorporada no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas, a *offshore* Pavilion Development Limited foi usada pelo tucano para adquirir um apartamento em Miami

“**E pelo menos 22 empresas e famílias brasileiras estão nos arquivos dos Panama Papers por manterem relação com firmas abertas em paraísos fiscais.**”

(EUA) em 1998, por US\$ 231 mil, sem que a propriedade aparecesse em seu nome.

Os sócios fundadores da Mossack Fonseca, Jürguen Mossack e Ramón Fonseca, foram presos por acusação de lavagem de dinheiro e permanecem detidos em função da investigação sobre os possíveis vínculos da firma com o mega-escândalo de corrupção brasileiro investigado pela Operação “Lava Jato”, mas parou por aí.



Um mundo de denúncias recai sobre o mundo

A base de dados do Panama Papers é pública e está à disposição de todos os cidadãos do mundo. Contém mais de 11 milhões de documentos de cerca de 200.000 *offshores* ligadas a pessoas de uns 200 países. Entre os clientes, estão personalidades como o presidente da Rússia, Vladimir Putin, o jogador argentino de futebol Lionel Messi e o cineasta espanhol Pedro Almodóvar.

Mas, depois do estrondo, o silêncio prevalece. O que é feito da lista do Panama Papers?

A depender de quem envolve, no Brasil, alguns assuntos, quando necessários, são jogados para debaixo do tapete.

OUTROS CASOS:

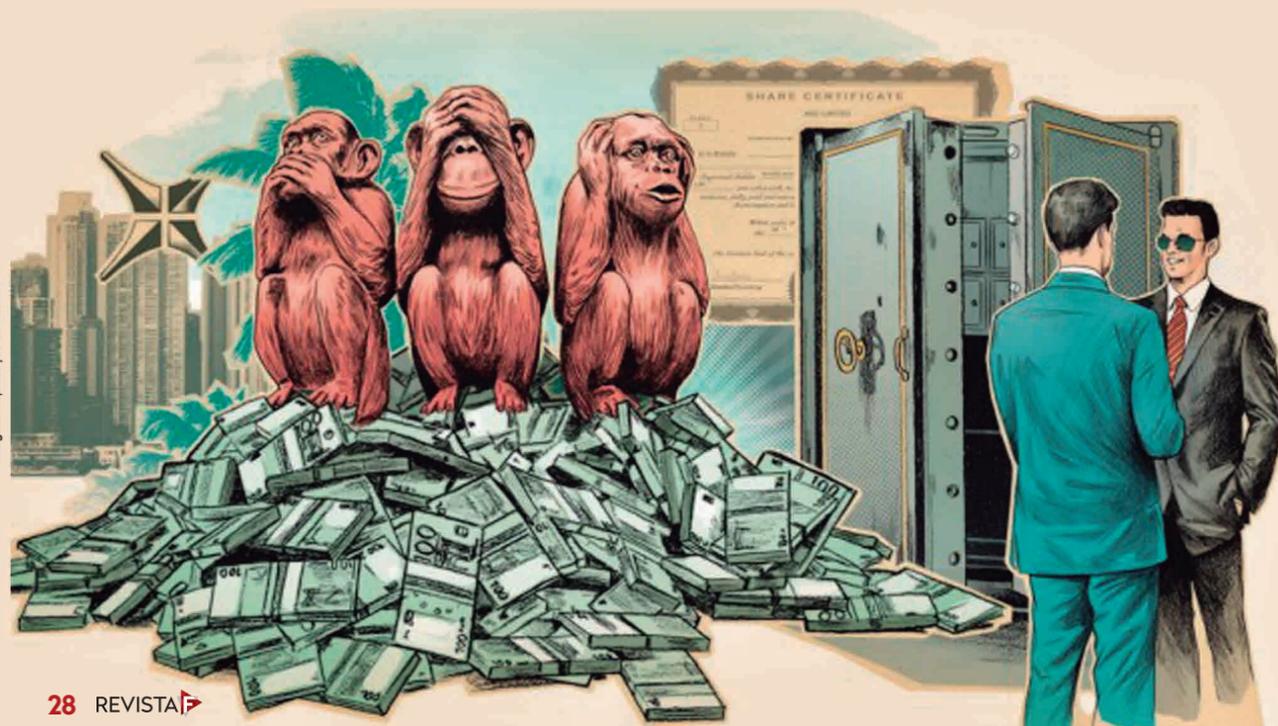
Operação Zelotes:

Investigação da Polícia Federal sobre esquemas de sonegação fiscal. Suspeita-se que grupos econômicos e servidores atuavam junto ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda, revertendo ou anulando multas, mediante pagamento de propina. Estão sob suspeita 74 processos que somam R\$ 19 bilhões em valores devidos ao fisco. Alguns dos principais grupos empresariais do país, ligados a diversos setores econômicos, estão sendo investigados.



O caso Swissleaks:

Maior vazamento de dados bancários suíços da história, ocorrido na agência de “private bank” do HSBC em Genebra. Os arquivos indicam que os correntistas brasileiros tinham cerca de US\$ 7 bilhões em 2006 e 2007 no banco. Eram 6.606 contas e 8.667 clientes. Segundo os dados do Swissleaks, o Brasil é o 9º país com o maior valor em depósitos e 5º em número de clientes. Acredita-se que boa parte destes recursos tenha saído do Brasil de forma irregular, sem informação ao Banco Central e sem declaração de Imposto de Renda, com o objetivo de sonegar impostos e esconder recursos obtidos de maneira ilícita.



O MAIOR MAL BRASILEIRO

SONEGAÇÃO NO BRASIL PODE CHEGAR A CERCA DE 600 BILHÕES EM 2017

O déficit de R\$ 139 bilhões previsto pelo governo de Michel Temer para 2017 seria equacionado com folga se os mais de R\$ 242 bilhões de impostos sonegados no País desde o início do ano fossem recuperados. É o que revela o Sonegômetro, placar digital criado pelo Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz). O painel, fruto de um estudo da entidade, objetiva chamar a atenção dos brasileiros para os valores astronômicos da sonegação no Brasil.



Foto: Reprodução da Internet

Somente com o que estaria sendo sonegado até aqui daria para construir 7 milhões de casas de 40 metros quadrados; ou comprar 3 milhões de ambulâncias equipadas; ou mesmo comprar 83 milhões de Iphones.

A previsão é que, se mantendo a média atual, a partir do registro acima, retirado em 4 de junho de 2017, o valor sonegado pode chegar a R\$ 600 bilhões até o fim de 2017. A cifra representa R\$ 1,64 bilhão sonegado por dia.

Já em 2016, segundo indicadores do Sinprofaz, a sonegação foi 27,6% da arrecadação, que equivale a 9,1% do PIB e representaria o valor de R\$ 571,5 bilhões, caso levado em conta o PIB para 2016.

Tomando-se em consideração esse último dado, pode-se afirmar que se não houvesse evasão, o peso da carga tributária poderia ser reduzido em quase 30% e ainda manter o mesmo nível de arrecadação.

Esses R\$ 571,5 bilhões estimados de sonegação tributária são praticamente equivalentes a quase 90% de tudo que foi arrecadado pelos estados e municípios juntos em 2016, estimados em R\$ 638 bilhões.

Para além das estimativas, o número da sonegação normalmente apresentado pela Procuradoria da Fazenda Nacional está entre 400 e 500 bilhões de reais. Outros estudos, que consideram também divisas que nem chegam a ser estimadas, vem se falando, recentemente, em R\$ 900 bilhões.



Apple - Nos últimos cinco anos, empresa teria deixado de pagar bilhões de dólares em impostos (Reprodução Internet)



Em 2016, segundo indicadores do Sinprofaz, a sonegação foi 27,6% da arrecadação, que equivale a 9,1% do PIB e representaria o valor de R\$ 571,5 bilhões,



Foto: Sinprofaz

Pesquisas divulgadas no exterior em relação a países em desenvolvimento mencionam outro problema, mas correlacionado: um fluxo anual de 900 bilhões de dólares de capital ilícito para o exterior decorrente de corrupção, propinas, tráfico de drogas etc.

A meta fiscal de 2017 terá um déficit, se mantida as expectativas do Governo. O resultado primário é a diferença entre receitas e despesas – a maior parte da receita primária é arrecadada com impostos cobrados sobre os grandes industriais e comerciantes. O Sonogômetro demonstra que a recuperação dos créditos inscritos na Dívida Ativa da União – que fechou o ano passado em R\$ 1,8 trilhão –, além de conter o déficit, evitaria o aumento dos impostos que recaem sobre a população brasileira. O Sinprofaz estima que 80% do total foram escoados em operações de lavagem de dinheiro.

Independentemente do número exato, o fato é que estas centenas de bilhões de reais em tributos sonegados todo ano seriam cruciais para tirar o Brasil da crise fiscal e solucionar boa parte dos problemas de infraestrutura por meio de investimento público. Ainda assim, se evitaria a suposta necessidade de reformas trabalhistas e previdenciárias, pelo menos no modelo que está malhando e assolando os trabalhadores.

Foto: Reprodução da internet



Trabalho

O rombo nos cofres públicos provocado pela sonegação poderia ser ainda maior, não fosse o trabalho da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A PGFN é o órgão que tem por missão recuperar judicialmente os créditos tributários e não-tributários devidos por pessoas físicas e jurídicas. Os procuradores da Fazenda Nacional (PFNs) são os advogados públicos que atuam no combate à sonegação e à lavagem de dinheiro.

A ação dos PFNs resultou, recentemente, na recuperação direta de mais de R\$ 76 bilhões e evitou, em um ano, a perda de R\$ 500 bilhões dos cofres públicos. “O investimento na PGFN traz um retorno imediato ao governo e à sociedade. Para cada R\$ 1 investido na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, há retorno de R\$ 800 reais para a União”, explica o presidente do Sinprofaz, Achilles Frias.

Efeitos



Iracema de Oliveira, secretária-geral da Fetamce.

Com uma sonegação menor, além de, como dito, resolver o déficit fiscal e investir, seria possível reduzir tributos sobre o consumo, diminuindo a regressividade da tributação e o valor de bens e serviços, fazendo o acesso ao consumo mais fácil, o que geraria crescimento.

“Os problemas brasileiros são, em sua maioria, muito claros e alguns até fáceis de resolver, mas o país e a maioria de seu povo é vítima de uma boa parte da elite econômica e política gananciosa, que só pensa em manter suas benesses, cegas por ideologias fajutas, como a neoliberal, o que prejudica a ela mesma. Termina deixando de pensar no desenvolvimento brasileiro pela sua ânsia, literalmente mortal, de se beneficiar quase que de forma instantânea, gerando inúmeros malefícios para si. É preciso libertar a elite brasileira dela própria. É preciso nos libertar desta elite perversa. Com ou sem força. É necessário e urgente romper com essa lógica altamente opressora”, avalia Iracema de Oliveira, secretária-geral da Fetamce.

Foto: Marcos Adegas/Fetamce



O Sinprofaz estima que 80% do total foram escoados em operações de lavagem de dinheiro.



Procuradoria
Geral da
Fazenda Nacional

No mundo

As alíquotas fiscais aplicadas a pessoas jurídicas estão caindo em todo o mundo e esse fato – aliado a uma sonegação fiscal generalizada – permite que muitas empresas paguem o menos possível em impostos. Há relatos de que a Apple pagou apenas 0,005% de imposto sobre seus lucros na Europa em 2014. Os países em desenvolvimento perdem US\$ 100 bilhões por ano, em média, com a sonegação fiscal. Os países

como um todo perdem mais outros bilhões com a concessão de benefícios e isenções fiscais. As pessoas mais afetadas pela pobreza são as que mais perdem, já que são as mais dependentes dos serviços públicos que esses bilhões não arrecadados poderiam financiar. O Quênia perde US\$ 1,1 bilhão por ano em isenções fiscais para empresas: valor quase duas vezes mais alto que o do seu orçamento para a saúde – em um país

no qual a probabilidade de mulheres morrerem no parto é de uma em 40.

“Pagar o mínimo possível de impostos é uma estratégia fundamental de muitos super-ricos, que usam de uma rede secretara de paraísos fiscais ativamente. Estes países que se tornam refúgios destes poderosos competem entre si para atraí-los, vendendo para eles a sua soberania”, explica a organização internacional de combate à desigualdade Oxfam.

Foto: SINPROFAZ



Pagar o mínimo possível de impostos é uma estratégia fundamental de muitos super-ricos, que usam de uma rede secretara de paraísos fiscais ativamente.

CRÔNICA

RAFAEL MESQUITA
comunicacao@fetamce.org.br

Que o povo caiba no orçamento!

Independentemente das cores das bandeiras, impressiona o fato de que, seja qual for a equipe que entre na gestão da economia do País, o discurso é quase o mesmo: “o Governo gasta demais e não têm orçamento que absorva tantas políticas públicas, tantos direitos. O Brasil está quebrado. É preciso fazer o chamado ajuste fiscal. É necessária uma dose de austeridade, porque é imperativo dialogar com o mercado financeiro”. Né não, Miriam Leitão?!

Trouxa é quem acredita neste receituário, que é igual a pílula homeopática. A gente se pergunta se de fato não exista solução que inclua na fórmula o povo.

Por isso, é determinante avaliarmos as despesas entre 1995 e 2014, passando pelas gestões do PSDB (2) e do PT (3). Nestes cinco mandatos, a despesa total com o Setor Público girou em torno de 7,7% do Produto Interno Bruto (PIB). A situação só se alterou no segundo governo do PT, durante a chamada crise mundial de 2008. Os dados são do Fundo Monetário Internacional (FMI). Sim! Do FMI. Vai questionar, Carlos Alberto Sardenberg?!

Está evidenciado que o crescimento drástico e irreparável nas despesas não existiu, pelo contrário, houve regressão. Noutra via, as receitas cresceram acima das despesas no segundo Governo FHC e nos dois mandatos do Lula. O que não aconteceu no primeiro mandato de Dilma, onde as receitas e despesas quase se equiparam.

Com essas informações, nós nos perguntamos: qual o motivo das propostas e retomada da economia sempre girarem em torno de redução de despesas e não de aumento das receitas?

De grande, do ponto de vista de custo social, o Estado Brasileiro não tem nada. Ele é injusto mesmo. E muito. Até o FMI deixou de recomendar as políticas de austeridade para os países, justamente porque se comprovou, na prática, os prejuízos causados por políticas de Estado mínimo.

Existe sim uma alternativa à proposta de perfil Nazista do Governo Temer que tem plantado o terror de



que se não se mexer na aposentadoria, nas leis trabalhistas e não se congelar os gastos públicos o país vai quebrar. O que está sendo arrebatado é o bolso do brasileiro, com quase 15 milhões de desempregados até junho de 2017.

Não se produz crescimento e nem emprego eliminando direitos. Não se cresce quando o grupo que movimenta a economia deixa de ter poder de compra, porque está desempregado ou porque seu salário não está crescendo. A lógica é inversa.

O fato é que em um orçamento bem administrado deveriam sim caber todos os brasileiros, levando em consideração os Direitos Humanos, Sociais, Econômicos, Culturais, Ambientais, políticas públicas, programas de moradia, acesso a medicamentos, Previdência, SUS e escolas e universidades públicas.

Mas, definitivamente, não podem entrar na conta os privilégios, as manobras fiscais, a retirada de dinheiro público para o bolso de políticos e empresários. Esse misto de sonegação, evasão, desoneração e mecanismos da dívida pública, que sugam recursos que teriam fins públicos, não cabem no orçamento. A alternativa é a Justiça Fiscal!



ENTREVISTA COM

MARIA LÚCIA FATORELLI

DÍVIDA PÚBLICA

é mecanismo de subtração de recursos públicos, que são direcionados ao setor financeiro privado

Diante dos ataques aos direitos previdenciários e trabalhistas e também por oportunidade das discussões relacionadas ao ajuste fiscal no país, o nome da auditora fiscal de vasto currículo, Maria Lucia Fattorelli, se popularizou ainda mais. Convidada para diversas palestras, encontros, simpósios, seminários e outros, a trabalhadora aposentada da Receita Federal tem rodado o Brasil. Ela traz a discussão proposta pelo movimento “Auditoria Cidadã da Dívida”, que fundou em 2000 e coordena desde então.

Após passar pela presidência do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal e atuar como membro da Comissão de Auditoria Integral da Dívida Pública do Equador; assessorar a CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados do Brasil e integrar o Comitê da Verdade sobre a Dívida Pública instituído pelo Parlamento Grego; e ter diversos livros publicados no país e exterior, Maria Lúcia acumulou experiência e elaborou, junto à equipe da Auditoria Cidadã, uma série de estudos que mostram que o grande problema do país não é investimento em políticas públicas e sim o endividamento público brasileiro – interno e externo.

Em entrevista para as páginas vermelhas da Revista F, a auditora destaca que é necessário promover uma auditoria que se denomina cidadã nas contas públicas, exatamente pelo fato de que este verdadeiro buraco negro chamado dívida pública consome cerca de 43% do orçamento, ou seja, quase um R\$ 1 trilhão, de acordo com os dados de 2015.

Na conversa com nossa equipe, Fattorelli explica como funciona o Sistema da Dívida Pública e mostra, como no caso do BEC - vendido ao Bradesco durante o Governo Tasso Jereissati – como a dívida se transformou em mecanismo de transferência dos recursos públicos para o setor financeiro privado.

“Os maiores beneficiários do Sistema da Dívida são os bancos nacionais e internacionais, cujos lucros crescem exponencialmente, até mesmo em tempos de crise”, afirma a entrevistada.



E necessário promover uma auditoria que se denomina cidadã nas contas públicas, exatamente pelo fato de que este verdadeiro buraco negro chamado dívida pública consome cerca de 43% do orçamento, ou seja, quase um R\$ 1 trilhão, de acordo com os dados de 2015.

Leia a entrevista completa ▶



O mais grave é que apesar disso tudo, nos três primeiros meses de 2017, a dívida interna federal cresceu cerca de R\$100 bilhões por mês.

REVISTA F

Inicialmente, Maria Lúcia, gostaríamos que você construísse para nós um panorama de como funciona o sistema da dívida pública no Brasil?

► Criamos essa expressão “Sistema da Dívida” para caracterizar o funcionamento do endividamento público às avessas, isto é, ao invés de aportar recursos e incrementar as possibilidades de investimento, a dívida pública tem funcionado como um mecanismo que continuamente transfere volumes cada vez maiores de recursos para o setor financeiro nacional e internacional.

O Sistema da Dívida atuou de forma escandalosa, aí mesmo, no estado do Ceará, por exemplo. No final da década de 90, o Governo Federal refinanciou

a dívida interna do estados. O valor da dívida do Ceará era de R\$ 127 milhões, mas a esse valor foram somados R\$985 milhões, referentes a passivos do Banco do Estado do Ceará, que foi privatizado e entregue ao Bradesco. Dessa forma, o montante refinanciado pelo Tesouro Nacional saltou para R\$1,112 bilhão, e esse montante passou a ser a “dívida pública” do Estado. O povo do estado do Ceará passou a pagar o passivo do BEC, enquanto o Bradesco ficou com todo o seu patrimônio, os créditos a receber, a clientela etc. Não se conhece a natureza desse elevado passivo do BEC, que aumentou a dívida do Estado do Ceará em quase 900%. O requerimento de informações protocolado pela Auditoria Cidadã da Dívida junto à Secretaria de Fazenda, no final de 2016, não mereceu, até o momento, uma resposta.

Em âmbito federal, o Sistema da

Dívida absorve, todo ano, quase a metade do orçamento geral da União e tem sido a justificativa para o aprofundamento do ajuste fiscal – que a partir da aprovação da PEC 55 (ou 241), foi parar na Constituição Federal – e para uma série de contrarreformas e privatizações. O mais grave é que apesar disso tudo, nos três primeiros meses de 2017 a dívida interna federal cresceu cerca de R\$100 bilhões por mês(!), e sem contrapartida real alguma ao País ou à sociedade. Esse crescimento brutal da dívida se deve principalmente à política monetária suicida praticada pelo Banco Central, que aplica as taxas de juros mais elevadas do mundo, remunera diariamente a sobra de caixa dos bancos por meio das operações de mercado aberto ou compromissadas, e ainda produz prejuízos bilionários nas ilegais operações de swap cambial.

Novos mecanismos sofisticados

de geração de dívida estão se espalhando pelo Brasil, por meio de criação de empresas estatais não dependentes, que emitem debêntures lastreadas em garantia pública. Esse esquema é semelhante ao que atuou na Grécia e quebrou aquele país.

Esse é um breve panorama da atuação do Sistema da Dívida atualmente.

Quem está lucrando com este modelo de administração da dívida pública? Quem está perdendo e pagando a conta?

► Os maiores beneficiários do Sistema da Dívida são os bancos nacionais e internacionais, cujos lucros crescem exponencialmente, até mesmo em tempos de crise. Em 2015, por exemplo, tivemos queda na indústria, na atividade comercial, desemprego elevadíssimo e até o PIB do país encolheu. Porém, o lucro dos bancos foi 20% superior ao do ano anterior. É evidente a existência de um mecanismo que transfere renda para os bancos, ao mesmo tempo em que gera “dívida pública”.

As grandes corporações também ganham, pois auferem aqui no Brasil os juros mais elevados do mundo e têm acesso às operações de swap cambial, obtendo ganhos de centenas de milhões da noite para o dia, como recentemente noticiado em relação à JBS.

Por outro lado, todo o desenvolvimento socioeconômico do nosso país fica comprometido. Quem mais perde é a classe trabalhadora e a parcela mais empobrecida da sociedade, pois estas são as mais afetadas pelas contrarreformas e pela falta ou insuficiência de investimentos sociais.

É justo a reserva de 45% do orçamento para pagar juros em detrimento de investimentos em Educação, Segurança Pública e Saúde, por exemplo?

► Não. Esse modelo é insustentável e precisa ser revisto. A aplicação dessa política monetária suicida, que pratica os juros mais elevados do mundo e mecanismos que continuamente geram “dívida pública” sem contrapartida alguma, tem sido a principal responsável pelo cenário de escassez que vivenciamos no Brasil, com crise social, econômica e financeira, e falta de recursos para investimentos, apesar de sermos um dos países mais ricos do mundo.

É preciso ressaltar que a realidade brasileira é de extrema abundância em todos os sentidos. Possuímos a maior reserva de Nióbio, a terceira maior reserva de Petróleo, a maior área de terras agriculturáveis e terras raras, água potável, clima favorável, todas as fontes energéticas em abundância e imensa riqueza humana e cultural. Possuímos também riquezas financeiras, potencial industrial e comercial, e somos credores de imensa Dívida Ecológica causada por séculos de exploração predatória de nossos recursos naturais.

É evidente a existência de um mecanismo que transfere renda para os bancos, ao mesmo tempo em que gera “dívida pública”.

Portanto, não há razão para seguirmos impondo esse inaceitável cenário de escassez que destoa completamente de nossa realidade de abundância. Definitivamente, não é justo.

► Qual é a relação entre os juros da dívida pública e ações do Governo como o PLP 257 ou o PLP 343, a PEC 241 ou 55, a Lei da Terceirização, a reforma trabalhista e a PEC da Previdência?

A relação é direta. A necessidade de fazer sobrar mais recursos para pagar a chamada dívida pública tem sido o pano de fundo de todas essas medidas, tanto em âmbito federal como estadual e municipal. Basta ler a exposição de motivos dessas medidas. A dívida tem sido a justificativa apresentada para a implementação dessas medidas, sob a justificativa de que há necessidade de ajustar e equilibrar as contas públicas. Porém, o que tem causado o desajuste das contas públicas é a própria dívida, seus juros abusivos e mecanismos que geram mais e mais dívida, e não os gastos sociais que as contrarreformas atacam.

► Como a senhora avalia a situação da dívida ativa do país, onde há centenas de bilhões devidos por empresas e outras figuras do 1% mais rico?

É um escândalo. O acúmulo de créditos devidos aos entes federados se deve à insuficiência de investimentos na administração tributária em todos os níveis.

A execução das tarefas relacionadas à fiscalização e cobrança dos créditos tributários, tanto em sua fase administrativa (antes mesmo que estes venham a ser inscritos em Dívida Ativa) como na fase de execução, demandam suporte adequado em termos de número suficiente de profissionais qualificados; ferramentas técnicas e administrativas constantemente atualizadas e apropriadas, e base legal robusta.

Relativamente à base legal, é necessário revogar determinadas normas que protegem e incentivam a sonegação fiscal e a postergação do cumprimento das obrigações tributárias, especialmente as sucessivas anistias por meio dos programas denominados REFIS, e a extinção da puni-

bilidade criminal pelo simples pagamento ou parcelamento do crédito tributário devido.

Esse acúmulo de Dívida Ativa tem servido de propaganda para apresentação de esquema fraudulento de securitização dessa dívida com garantia pública. Esse esquema é ilegal. Alguns projetos de lei em andamento no Congresso Nacional (PLS 204/2016 o PLP 181/2015 e PL 3337/2015) tentam “legalizar” esse esquema que é semelhante ao que quebrou a Grécia.

Tal securitização não irá aliviar o montante da Dívida Ativa, que continuará a cargo das procuradorias de Fazenda, significando na prática unicamente o crescimento exponencial do volume de negócios financeiros envolvendo debêntures e outros papéis financeiros que irão impactar a dívida pública.

► **Como será realizada a auditoria cidadã da dívida pública brasileira? No que ela se diferenciará do que é feito hoje pelo Estado?**

Infelizmente o Estado não tem realizado auditoria da dívida pública. Os órgãos de controle têm se limitado a fazer um acompanhamento de seu crescimento e raramente fazem algumas investigações muito pontuais.

A auditoria que reivindicamos é uma auditoria integral, dos atos e fatos constitutivos da dívida, tal como previsto na Constituição Federal (art. 26 do ADCT), até hoje não cumprida. Nossa associação trabalha para que essa auditoria ocorra com ampla participação cidadã, tal como ocorreu no Equador, com muito sucesso, pois parcela de 70% da dívida externa junto a bancos privados internacionais foi anulada.

► **Como as organizações populares podem se integrar à campanha pela auditoria cidadã da dívida pública brasileira?**

A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação sem fins lucrativos que conta com o apoio de importantes entidades da sociedade civil e de voluntários em vários estados do País, organizados em núcleos que se dedicam à investigação da dívida federal, dos estados e municípios.

Todo são convidados a participar. Para conhecer melhor nossa associação, podem consultar nossas páginas:

www.auditoriacidada.org.br
www.facebook.com/auditoriacidada.pagina

► **Quais são os obstáculos colocados na política e no mercado brasileiro para a realização da auditoria?**

A dívida pública tem sido um dos principais alimentos desse capitalismo financeirizado, favorecendo a concentração de renda no setor financeiro e aumentando ainda mais o seu poder.

A dívida pública tem funcionado, desde os anos 80, como a justificativa para a interferência de organismos internacionais no Brasil (FMI e Banco Mundial), que impõem o modelo econômico concentrador de renda e riqueza, as contrarreformas, as privatizações e uma série de medidas que favorecem cada vez mais ao setor financeiro, ao mesmo tempo em que impedem o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Estamos falando de um poder muito grande, concentrado na cúpula do setor financeiro mundial, que é muito interessado nas riquezas brasileiras.

A auditoria da dívida irá desmas-



A dívida pública tem funcionado, desde os anos 80, como a justificativa para a interferência de organismos internacionais no Brasil (FMI e Banco Mundial).

carar essa dominação financeira que tem provocado gravíssimas consequências sociais em nosso país.

Por isso, os sucessivos governos têm reiteradamente desrespeitado a Constituição e, adicionalmente, vetado algumas iniciativas legais que permitiriam a realização da auditoria da dívida com participação social, como o veto de Dilma no Plano Plurianual em 2015 e de Temer na LDO em 2016. Não há justificativa para se vetar que a sociedade conheça quem são os beneficiários desta dívida, como ela surgiu, porque ela cresce tanto (apesar dos vultosos pagamentos), e demais informações que serão revelados por meio da auditoria.

► **Que medidas seguirão ao processo de auditoria da dívida? Estariam vinculadas a medidas de justiça fiscal, assim como de Controle Social, Contra a Evasão Fiscal e a Corrupção?**

Evidentemente, as revelações da auditoria da dívida ensejarão uma série de medidas necessárias à correção dos rumos do modelo econômico que vem sendo imposto ao país pelos or-

ganismos internacionais, tanto no que se refere à política monetária, como em relação ao modelo tributário, controle de capitais etc.

São inúmeros os privilégios dos rentistas, tais como a isenção tributária para estrangeiros que adquirem títulos da dívida interna brasileira; isenção na remessa de lucros ao exterior, dentre outros.

A necessária mudança de rumo em direção a outro modelo que promova justiça fiscal e social só será alcançado quando houver um conhecimento amplo, por parte da sociedade, acerca do funcionamento do Sistema da Dívida e suas perversas consequências.

A Auditoria Cidadã da Dívida tem se esforçado para popularizar esse conhecimento, em respeito a quem paga a conta dessa pesada dívida.

► **Qual a relação entre dívida externa e dívida pública. A externa foi mesmo eliminada, como defendeu o Governo Lula?**

Em 2005, o governo Lula pagou, antecipadamente, a parcela de US\$15,5 bilhões da dívida externa com o FMI. Esse fato foi amplamente divulgado como sendo o fim do problema da dívida. Porém, a dívida com o FMI representava uma ínfima parcela da dívida brasileira, e foi quitada às custas de emissão de títulos da dívida interna, a juros muito mais altos (19%) que os cobrados pelo FMI (4%). E o mais grave é que não ficamos livres da interferência e domínio do FMI nos assuntos internos do país.





A dívida externa continua crescendo e já alcança US\$ 550 bilhões. A maior parte tem sido contratada pelo setor “privado” junto a bancos privados internacionais, cabendo ressaltar que em diversas ocasiões, desde a década de 80, o Banco Central já assumiu o ônus pelo pagamento de dívidas do setor privado. Adicionalmente, presta garantias em alguns casos e se empenha para obter os dólares necessários para o pagamento por parte do setor privado, com graves reflexos na política econômica do país, tais como a prática de juros elevadíssimos para atrair dólares ao país.

► **A mídia comercial brasileira compra a versão do mercado e do Governo acerca da dívida pública, como desconstruir esse discurso hegemônico?**

O poder financeiro domina também a grande mídia. Por isso, ela tenta evitar o debate, mostrando o pagamento da dívida como algo inquestio-

nável, que justifica até mesmo a retirada de direitos históricos da população, como faz a PEC 287 (Reforma da Previdência).

A desconstrução desse discurso hegemônico se dará por meio do conhecimento do Sistema da Dívida, que irá desmascarar o grande esquema escondido por trás da chamada dívida pública, que jamais foi auditada, e surge a partir de mecanismos questionáveis, sem contrapartida alguma, como antes mencionado.

► **Existem exemplos internacionais de controle da dívida pública nos moldes do que a sua organização defende?**

Sim, no Equador, por exemplo, a auditoria oficial da dívida pública, realizada por meio de comissão (CAIC) que contou com participação da sociedade civil nacional e internacional, levou à redução da dívida externa com bancos privados internacionais em 70%, aliviando recursos que passaram a ser investidos em saúde, educação e diversos outros setores. A Constituição Equatoriana que foi aprovada

durante o funcionamento da CAIC, incorporou diversos dispositivos que garantem a auditoria da dívida e transparência de forma constante.

As iniciativas de auditoria cidadã têm se multiplicado em diversos países da América Latina, Europa, África e Ásia.

► **Nós temos conhecimento do que seria arrecado com o controle da evasão e da corrupção. No caso da dívida pública, qual seria a estimativa de economia de despesas para o Brasil?**

Somente a auditoria irá verificar o quanto da dívida pública é legítima, e o quanto é ilegítima. Já identificamos que quase a totalidade dessa dívida tem sido gerada por mecanismos ilegais e ilegítimos, como a contabilização de juros como se fosse amortização, prática de juros abusivos, remuneração da sobra de caixa dos bancos, swaps cambial, prejuízos do Banco Central, assunção de dívidas privadas (especialmente de bancos)...

O enfrentamento do Sistema da Dívida por meio da auditoria irá não somente fechar o ralo de recursos que tem consumido a metade do orçamento geral da União todo ano, mas também libertará o País da perversa dominação exercida pelos organismos internacionais e bancos.

Portanto, a auditoria da dívida é a ferramenta que revelará a verdade, desmascarando o esquema provocador do cenário de escassez que nada tem a ver com a abundância que existe no Brasil. É urgente acordar o nosso povo para isso.

JUSTIÇA FISCAL: O CAMINHO PARA A JUSTIÇA SOCIAL

Por **Vilani de Souza Oliveira**

Presidente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal - Confetam/CUT
presidencia@confetam.org.br



A crise econômica que se abateu sobre o mundo, em 2008, vem se desdobrando e acarretando grandes prejuízos para os trabalhadores e as camadas mais populares. No Brasil pós golpe, a situação vem se agravando celeremente, pois a principal medida do governo consiste no ajuste fiscal, que acarreta cortes substanciais em programas sociais e vinte anos de congelamento no orçamento público. Cortes em Programas como o Bolsa Família, o FIES, Minha Casa Minha Vida, por exemplo, trarão consequências drásticas na qualidade de vida da população de baixa renda e em nada contribuirá para o bom desempenho da retomada do crescimento.

Os apelos do governo ao equilíbrio orçamentário e à responsabilidade fiscal disfarçam o verdadeiro alvo da política neoliberal em curso: os direitos sociais assegurados na Constituição Federal de 1988, fruto da pressão popular por proteção social governamental. Paralelo às medidas de ajuste fiscal que penalizam a camada mais pobre da população, cresce a renúncia da tributação dos mais ricos e o enfraquecimento financeiro da Nação.

Sobre isto, Wolfgang Streek, sociólogo alemão, afirma que “a crise financeira do Estado não se deve ao fato de a massa da população, induzida por um excesso de democracia, ter retirado demasiadamente para si, dos cofres públicos, como bradam as elites. Ao contrário, os maiores beneficiários da economia capitalista pagaram pouco, aliás cada vez menos aos cofres públicos. Se houve um déficit estrutural das finanças públicas, este registrou-se nas classes altas, cujos rendimentos e patrimônios aumentaram rapidamente nos últimos vinte anos, alimentados por benefícios tributários”.

O governo não tem disposição para enfrentar o problema de frente e adotar medidas para reduzir a injustiça do sistema tributário, um dos mais regressivos do mundo. A taxação das grandes fortunas, por exemplo, seria um bom começo, mas o governo aposta em administrar “remédios amargos” para a grande parcela da população.

A Internacional de Serviços Públicos (ISP), federação mundial que representa vinte milhões de trabalhadores e trabalhadoras que prestam serviços em 154 países, vem debatendo ações pautadas na justiça fiscal como mecanismo capaz de combater a evasão de divisas, a corrupção e os paraísos fiscais, e promover uma igualdade social e serviços públicos de qualidade. Exemplo que vem estimulando outras organizações.

O Brasil tem o 7º maior fluxo ilícito, é o que afirma a GFI (Global Financial Integrity) ao avaliar que nos últimos anos manobras empresariais ilícitas tiraram, em média, cerca de 17 bilhões de dólares/ano do orçamento da União. Estas manobras ocorrem através do subfaturamento de exportação e superfaturamento de importados, promovendo a evasão de divisas e a sonegação. A primeira é um mecanismo usado pelos empresários brasileiros para transferir capital para o exterior ilicitamente, vendendo abaixo do preço de mercado, reduzindo o lucro que declaram no Brasil. A diferença é depositada em contas dos empresários no exterior. A segunda tem o mesmo objetivo: pagar por um produto importado, acima do valor de mercado, mantendo reservas financeiras em paraísos fiscais.

Mesmo diante de situações como estas, o governo

ARTIGO

brasileiro vem hesitando em enfrentar problemas relacionados a fuga de capitais e a saídas ilícitas de recursos do país. Portanto, combater a injustiça tributária é uma forma de assegurar recursos para que o Estado possa financiar serviços públicos de qualidade, assegurar os direitos dos servidores e propiciar um bom ambiente de trabalho, seguro, com qualidade e dotado de infraestrutura.

Dentro deste cenário de debate, cabe ainda fazermos um recorte para afirmarmos que a tributação não é neutra em relação ao gênero, raça, relações geracionais e classes, como nos fazem crer. Basta observarmos que nos últimos anos houve por parte do governo do PT um investimento em políticas públicas voltadas para os mais pobres, mulheres, jovens, negras e negros e, especialmente, para os trabalhadores e trabalhadoras. Segmentos que viviam à margem dos serviços públicos.

Tais investimentos asseguraram o empoderamento desses setores, promovendo justiça social e uma política de compensação dessas desigualdades. Infelizmente os projetos de ajuste fiscal, a Emenda 55, as reformas da Previdência e trabalhista levarão o país a um caminho de incertezas, retrocessos e aumentos abissais das desigualdades sociais que afetarão diretamente esses segmentos.

O sistema tributário brasileiro é injusto e expressa a luta de classes, estando a favor daqueles que têm mais força e o debate está calcado em mitos como o de que a carga

tributária é alta. É necessário desconstruir essa narrativa, pois, no Brasil, quem paga mais impostos são os que ganham menos, ou seja, os mais pobres, os assalariados. São eles, trabalhadores e trabalhadoras, consumidores, os que menos reclamam e pagam a conta, uma vez que a maior parte da carga tributária está no consumo. Para esses, a carga tributária é pesadíssima, enquanto os empresários são premiados com isenções fiscais (somente registradas no Brasil e na Estônia) e baixa tributação nas grandes propriedades, nas fortunas e na renda.

Isso nos leva a afirmar a necessidade e urgência em desenvolvermos campanhas pela Reforma Tributária Progressiva, tributando mais aqueles que ganham mais e desonerando os que ganham menos. Um dos grandes desafios que estão postos nessa conjuntura para o movimento sindical é promover esse debate com os trabalhadores e trabalhadoras, romper com a pauta corporativista e incluir a temática permanente.

Esse debate vem ganhando corpo em diversos países e o saldo vem sendo a constituição de organizações não governamentais, fóruns, movimentos, campanhas em torno da temática, fazendo o esclarecimento, trazendo informações valiosas, propondo alterações na legislação tributária internacional e promovendo denúncias. Exemplos de ações assim são a Campanha Global por Justiça Fiscal, o Instituto de Justiça Fiscal, e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que vêm desenvolvendo projetos que visam tributar as multinacionais como empresas únicas, frear a concorrência tributária, desenvolver um sistema de cooperação tributária internacional, aumentar os mecanismos de transparência, denunciar os paraísos fiscais e as empresas sonegadas. Todas essas instituições vêm desenvolvendo uma luta essencial contra os paraísos fiscais e a evasão, pois entendem que essa não é uma questão apenas de moralidade, mas sobretudo de equidade social.

A expectativa dos envolvidos é que cresça cada vez mais a adesão à Campanha “QUE LAS TRANSNACIONALES PAGUEN LO JUSTO” e que a defesa de uma reforma tributária internacional, elaborada multilateralmente com a participação de todos os países envolvidos, possa adequar a legislação de forma a favorecer a justiça fiscal, reduzir as desigualdades sociais e promover um Estado mais justo para todos e todas. Esse pode ser o caminho para se promover, sobretudo, a justiça social.



A FETAMCE

E AS DISCUSSÕES SOBRE JUSTIÇA FISCAL



VIRE O JOGO

É HORA DE JUSTIÇA FISCAL, DESENVOLVIMENTO E INVESTIMENTO PÚBLICO!



11ª Conferência Regional Interamericana da Internacional de Serviços Públicos (ISP). Foto: ISP



Os debates sobre justiça fiscal já povoavam os espaços de discussão da Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Estado do Ceará (Fetamce), mas foi somente com a participação da presidente da entidade, Enedina Soares, e da secretária de combate ao racismo, Ninívia Campos, além da presidente da Confetam, Vilani Oliveira, na 11ª Conferência Regional Interamericana da Internacional de Serviços Públicos (ISP), de 20 a 24 de abril de 2015, que o tema passou a vigorar de forma estratégica na luta dos servidores do Ceará.



Encontro Regional do Cariri.



Encontro Regional de Iguatu.

A partir daí, a Fetamce iniciou o processo de convencimento do ramo no estado para a importância da luta por mecanismos de justiça tributária que apontem para o desenvolvimento da justiça social nas cidades.

O processo de debate levou à escolha, inicialmente, do tema para ser a principal reivindicação da VI Marcha dos Servidores Municipais. Foram meses de pesquisa, além da construção de uma campanha de comunicação para desenvolver o tema em todos os municípios do Ceará. Depois de muito trabalho, nasceu o slogan: “Vire o Jogo - É hora de justiça fiscal, desenvolvimento e investimento público”.

Com isso, os dirigentes da Federação percorreram as 10 principais regiões do Ceará, com encontros com sindicatos de servidores e professores municipais. A temática levantada mostrava para os trabalhadores das prefeituras do Estado que não é justo que a base da pirâmide social arque com as consequências das políticas de austeridades agora implantadas nos planos federal, estadual e municipal. Não é justo que a economia nacional seja submetida ao pagamento de uma dívida pública que gasta, no Brasil, mais de 40% das receitas orçamentárias do Governo. Ao mesmo tempo, a Fetamce apontava que era necessário enfrentar a discussão de um financiamento sus-



Encontro Regional de Itapipoca.

“
A temática levantada mostrava para os trabalhadores das prefeituras do Estado que não é justo que a base da pirâmide social arque com as consequências das políticas de austeridades agora implantadas nos planos federal, estadual e municipal.



Encontro Regional de Jaguaribe.



Encontro Regional Metropolitana.

“
No dia 11 de novembro, todos estes atores sociais se reuniram na VI Marcha dos Servidores Municipais. Foram cerca de 4 mil pessoas, além de representantes de mais 13 estados brasileiros e de seis países. Com o tema “Vire o Jogo!

tentável para os serviços públicos básicos e dar fim à fraude e evasão fiscal das empresas e camadas mais ricas da sociedade. A organização iniciou a pressão pública para que todos paguem os impostos que devem e para garantir serviços públicos gratuitos e de qualidade, com servidores valorizados.

Após os encontros regionais, a Fetamce se reuniu com entidades do movimento sindical cearense de outros ramos, federações e centrais para apontar a necessidade de também entrarem nesta luta. Organizações dos movimentos sociais de luta por moradia, terra, direitos humanos e juventude também embarcaram na campanha Vire o Jogo.

E assim, no dia 11 de novembro, todos estes atores sociais se reuniram na VI Marcha dos Servidores Municipais. Foram cerca de 4 mil pessoas,

além de representantes de mais 13 estados brasileiros e de seis países. Com o tema “Vire o Jogo! É hora de justiça fiscal, desenvolvimento e investimento público”, os trabalhadores percorreram as principais ruas do Centro de Fortaleza, Capital do Ceará. Naquele ano, foi o maior movimento organizado por uma entidade sindical no Estado.

Dentro da marcha, ainda no dia 11, os servidores lançaram a Campanha Salarial 2016 dos trabalhadores municipais, que também absorveu o tema e fez milhares irem às ruas. Naquele momento, onde se aprofundava a crise política no Brasil e se ameaçava um grande ajuste fiscal no povo, a Fetamce foi pioneira no Brasil em desenvolver o debate sobre justiça fiscal nesta proporção. Dessa forma, o tema levantado pela entidade do Ceará se tornou o lema das lutas do ano seguinte de todos os



Encontro Regional de Sobral.



Encontro Regional Crateús.

funcionários públicos de prefeituras do Brasil.

Ainda neste dia histórico, a Federação realizou audiência pública na Assembleia Legislativa do Ceará. O diferencial deste encontro é que a organização apresentou para diversas instituições, entre elas a Associação dos Prefeitos do Estado, a Plataforma

Pela Justiça Fiscal, Desenvolvimento e Investimento Público, que trazia um conjunto de propostas para a implantação de mecanismos fiscais justos e que promovam o desenvolvimento social.

Logo após a marcha, nos dias 12 e 13 de novembro de 2015, a Fetamce reuniu seus 146 sindicatos



VI Marcha dos Servidores Municipais, que levou mais de 4 mil pessoas vindas de todo o Ceará para o Centro de Fortaleza.



Lançamento da Campanha Salarial 2016 - Vire o Jogo: É hora de Justiça Fiscal, Desenvolvimento e Investimento Público.



Fotos: Marcos Adegas / Fetamce.



V Jornada do Trabalho Decente - "Gestão Municipal e Financiamento do Serviço Público".



filiados, além de outras organizações sindicais do Brasil e do mundo, na V Jornada do Trabalho Decente, que abordou o tema: "Gestão Municipal e Financiamento do Serviço Público". Agora, especialistas e dirigentes de outros sindicatos parceiros da ISP, aprofundavam discussões como discussões justiça fiscal no Brasil e na América Latina; alternativas de financiamento do serviço público; medidas de controle social contra a evasão fiscal e a corrupção; e propostas para as reformas estruturais que o Brasil precisa fazer: tributária, política e dos meios de comunicação.

Após esses eventos históricos, a discussão ganhou ainda mais corpo. A partir daí, cada um dos sindicatos filiados nos 156 municípios onde a Federação tem representação, encamparam a campanha Vire o Jogo, propondo alternativas para a organização dos municípios.

Neste meio tempo, os primeiros resultados já apareceram com a conquista da construção de espaços de diálogo sobre o orçamento municipal ou mesmo a aplicação de algumas propostas em cidades.

A Fetamce ainda voltou a reunir seus sindicatos no ano de 2016 para acompanhar o processo de desenvolvimento das discussões, a exemplo do Seminário Justiça Fiscal em



VI Marcha também lançou campanha salarial do ano seguinte.

Defesa da Sociedade, realizado em julho daquele ano.

A verdade é que após todos estes movimentos, o combate à sonegação, as propostas por auditoria cidadã da dívida pública brasileira, mecanismos de tributação progressiva,

medidas de desenvolvimento local, combate à transferência de recursos nacionais e tantos outros temas que fazem parte do grande guarda-chuva do combate às injustiças fiscais passaram a se tornar também uma pauta fixa nas lutas dos servidores públicos do Ceará.

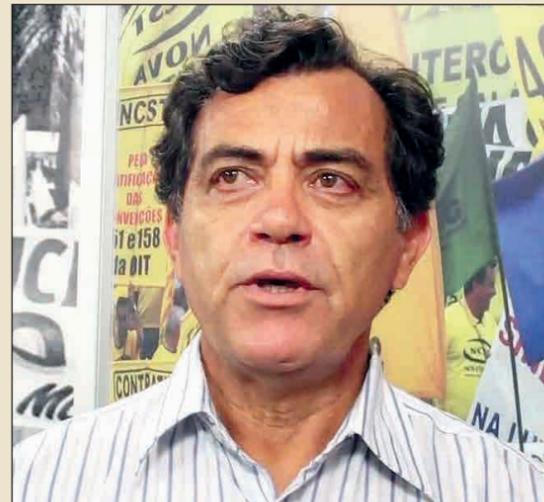
Foto: ISP.



Seminário Justiça Fiscal em Defesa da Sociedade.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DISCUSSÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

José Silvestre Prado de Oliveira
Coordenador de Relações Sindicais - DIEESE
silvestre@dieese.org.br



A história demonstra ser o Brasil um país de pouca tradição democrática. Consolidar o modelo por um longo período parece ser um desafio intransponível para a sociedade brasileira. Olhando em retrospectiva, nota-se que os períodos de convivência com o Estado Democrático de Direito são mais efêmeros do que aqueles com regime de exceção. Por incrível que pareça, a quadra de maior longevidade democrática é a que se inicia na década de 1980: segundo alguns estudiosos, em 85, com o início do governo Sarney, e, de acordo com outros, a partir da promulgação da Constituição Federal de 88.

Independentemente do ano que se tome como marco do reencontro dos brasileiros com a vida democrática, observar-se-á um período de aproximadamente três décadas. É preciso lembrar que a ruptura constitucional é sempre uma ameaça que ronda a democracia brasileira, mesmo que não mais baseada na intervenção militar por meio de golpe de Estado. Evidência disso são os acontecimentos do início de 2016, quando se assistiu aos solavancos que abalaram uma jovem democracia, que teve o governo legitimamente eleito pelo voto direto apeado do poder por um golpe parlamentar via processo de impeachment. Essa é a prova cabal de que, toda vez que há maior grau de participação popular no debate e na priorização das políticas públicas para as parcelas mais pobres da sociedade, e, principalmente, na melhoria da distribuição da renda com redução das desigualdades sociais, as forças conservadoras intervêm interrompendo o processo.

Todavia, foi esse curto (embora longo para os padrões brasileiros) período democrático que permitiu ao

país a criação de espaços e fóruns institucionais de discussão sobre pautas de interesse da sociedade. Essas iniciativas possibilitaram o estabelecimento de uma agenda mais cidadã, que abrange temas como o Orçamento Participativo (OP) e tantos outros.

A Constituição de 1988 assegura, em uma série de dispositivos, a participação popular na gestão pública. Já em seu artigo 1º, a Carta Magna garante ao cidadão o direito ao controle social e a outras opções de acompanhamento e participação nas decisões na esfera pública ao estabelecer, no parágrafo único: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Foram os princípios formadores da democracia participativa consagrados na Lei Maior que propiciaram no Brasil o advento do Orçamento Participativo. Ainda que sua aplicação já tivesse sido verificada antes da Constituição de 88, é só a partir dela que o OP passa a ser utilizado por várias administrações municipais brasileiras – principalmente nas gestões do PT, mas não só –, inclusive em capitais, como é o caso de Porto Alegre. Além do Orçamento Participativo, as conferências municipais, estaduais e nacionais sobre educação, saúde, comunicação, entre outras, durante o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, são exemplos de vitalidade da democracia participativa.

O envolvimento da comunidade na discussão do Orçamento Público permite, por exemplo, estabelecer diretrizes mais consistentes e melhor definição de prioridades para a alocação e investimento dos recursos públicos, dando maior racionalidade a sua aplicação.



A atuação direta da sociedade no debate e na formulação das políticas públicas – nos três níveis de governo –, principalmente nos municípios (locais onde as pessoas vivem), além de democratizar o acesso, aumenta as chances de construção de um orçamento mais adequado às necessidades da população, sobretudo às parcelas mais vulneráveis.

Como já mencionado, além da temática orçamentária no âmbito do município, outra questão relevante diz respeito

às políticas públicas, especialmente as fiscais de viés distributivo. Ou seja, à medida que cresce a participação popular no debate e na elaboração de políticas fiscais distributivas, aumentam as possibilidades do atendimento às demandas da população, bem como da inclusão de novas pautas.

Em resumo, a democracia participativa é a garantia de que a sociedade possa acompanhar, monitorar e fiscalizar o uso dos recursos por parte da gestão municipal, permitindo, assim, que haja controle social.

NA FALTA DE JUSTIÇA FISCAL, REINA A MENTIRA EMPRESAS POSSUEM R\$ 426 BILHÕES EM DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Em 2013, na segunda edição da Revista F, a Fetaamce já alertava para as tentativas de alteração na previdência social brasileira, além de defender a questão como um direito social.

Desde este período, já dizíamos que o poder público nacional defendia a existência de um “rombo” na previdência social, mesmo diante dos números dizerem o contrário.

Os estudiosos são unânicos em afirmar que a existência do déficit da previdência se dá ignorando o processo de desvio de verbas deste instituto para financiar o pagamento de dívidas públicas ou através de desonerações.

SERVIDORES MUNICIPAIS CONTRA
A REFORMA DA PREVIDÊNCIA



Por meio de um artifício legal, mas usado de forma imoral, denominado DRU (Desvinculação das Receitas da União), valores que obrigatoriamente deveriam ser destinados ao caixa da Seguridade Social (formado pelo sistema integrado que inclui Saúde, Previdência Social e Assistência Social) têm sido sistematicamente desviados por sucessivos governos para outras finalidades, principalmente para o cumprimento do chamado superávit primário, economia que o governo faz para pagar juros da dívida pública e engordar as contas de bancos e rentistas.

Esse desvio de recursos retira anualmente cerca de 20% dos recursos do Sistema de Seguridade Social. “A União não cobra das empresas sonegadas e ainda entrega a elas a possibilidade de pagarem menos tributos legalmente. Então, é o próprio governo que provoca o déficit. Não é o aumento dos gastos. O governo sabe que tem superávit. Tanto tem que ele faz desonerações tributárias, se dá ao luxo de não cobrar sonegadores”, essa é a avaliação da economista Denise Gentil, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O Governo Federal despreza o fato de haver mais de R\$ 426 bilhões em débitos previdenciários inscritos na Dívida Ativa da União. São grandes empresas, a exemplo da JBS (R\$ 2.339.921.534,56), da Vale (R\$ 596.763.723,14), do Banco do Brasil (R\$ 1.136.963.128,18), da Caixa Econômica Federal (R\$ 1.235.028.484,13) e do Bradesco (R\$ 674.931.260,19).

Além disso, conforme Denise Gentil, é possível afirmar que o déficit alegado pelo Governo foi provocado pelo pagamento de juros, o maior gasto do orçamento do governo. Enquanto o “rombo” anunciado da Previdência pelo governo é de 149,7 bilhões de reais, a presidência da República entrega ao setor privado algo em torno de R\$ 501 bilhões ao ano, ou seja, 8% do PIB. A conta não fecha, principalmente, pelo gasto com a dívida pública.



Agência da Previdência Social, que segue ameaçada no Governo Temer.

“O ajuste fiscal que pretende cortar os gastos da Previdência não vai resolver o problema das contas do governo porque, para isso, é preciso corrigir a política monetária. A verdadeira reforma teria que ser na política monetária e cambial do Brasil, porque é responsável pelo crescimento da dívida pública. A população precisa saber disso”, avisa a professora da UFRJ.

A economista alerta, ainda, para o esvaziamento da própria Previdência pública, uma vez que, ao não vislumbrar o acesso a um benefício digno ao fim da vida, muitas pessoas podem acabar optando por não contribuir ao longo dos anos.



O ajuste fiscal que pretende cortar os gastos da Previdência não vai resolver o problema das contas do governo porque, para isso, é preciso corrigir a política monetária.

Conheça alguns dos devedores do Regime Geral da Previdência Social



91,8% DAS CIDADES DO CEARÁ

TÊM ARRECADADAÇÃO PRÓPRIA EXTREMAMENTE BAIXA

Foto: Reprodução da Internet



Considerada uma das formas mais eficazes de garantir independência e equilíbrio para as contas municipais, a arrecadação própria de impostos ainda permanece inexpressiva na maioria dos municípios cearenses. De acordo com o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), 91,8% das cidades do Ceará têm recolhimento de impostos locais avaliado como crítico. De acordo com a Federação das Indústrias, o Estado terminou 2015 com 158 das 172 prefeituras com conceito ruim ou péssimo no IFGF Receita Própria.



Foto: Reprodução da Internet.



A avaliação da Receita Própria evidencia o grau de dependência dos municípios em relação às transferências dos estados e da União. Com base em dados oficiais de 2015, declarados pelas próprias prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o IFGF apresenta um panorama completo e inédito da situação fiscal de 4.688 municípios brasileiros, onde vivem 89,4% da população.

O objetivo é avaliar como é administrada a carga tributária paga pela sociedade. Ficaram de fora da análise 880 cidades, porque não disponibilizaram seus balanços anuais ou porque estavam com as informações inconsistentes. No Ceará, foram analisados 172 dos 184 municípios. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina que as cidades brasileiras devem encaminhar suas

contas públicas para a STN até 30 de abril do ano seguinte ao exercício de referência, a partir de quando o órgão dispõe de 60 dias para disponibilizá-las ao público.

Nas cidades pesquisadas, habita 96,8% da população do Estado, ou seja, onde vivem 8,6 milhões de pessoas.

Na média, os municípios do Ceará apresentaram desempenho inferior ao nacional em quatro dos cinco indicadores de gestão fiscal, com destaque para o IFGF Receita Própria, que está 26,7% mais baixo que o índice nacional.

Considerando os demais indicadores do IFGF: Gastos com Pessoal, Investimentos, Liquidez e Custo da Dívida, unidos ao dado citado acima, o levantamento conclui que 58,7% das prefeituras cearenses têm situação fiscal difícil ou crítica. Esta proporção é superior à observada no estudo do ano anterior (47,5%). Além disso, outras 57 prefeituras (33,1% do total) apresentaram situ-

ação fiscal difícil (conceito C). Muito embora, em contrapartida, 13 municípios, na última pesquisa, estão entre os 500 melhores resultados brasileiros.

Entenda a metodologia da pesquisa da FIRJAN

Em “Gastos com Pessoal”, é acompanhado quanto as cidades gastam com pagamento de pessoal em relação ao total da Receita Corrente Líquida (RCL); “Investimentos” acompanha o total de investimentos em relação à RCL; “Liquidez” verifica se os municípios estão deixando em caixa recursos suficientes para honrar os restos a pagar acumulados no ano, medindo a liquidez do município como proporção das receitas correntes líquidas; e “Custo da Dívi-

da” correspondente às despesas de juros e amortizações em relação ao total das receitas líquidas reais.

O índice varia de 0 a 1 ponto, sendo que quanto mais próximo de 1 melhor a situação fiscal do município. Cada um deles é classificado com conceitos A (Gestão de Excelência, com resultados superiores a 0,8 ponto), B (Boa Gestão, entre 0,8 e 0,6 ponto), C (Gestão em Dificuldade, entre 0,6 e 0,4 ponto) ou D (Gestão Crítica, inferiores a 0,4 ponto). O IFGF do Ceará – média das cidades e indicadores – ficou em 0,3875. O estudo, publicado em 2016, com dados do exercício fiscal de 2015, é o instrumento mais atualizado neste tema elaborado pela FIRJAN.

Melhores e piores casos de arrecadação própria

O ranking dos cinco municípios cearenses mais bem avaliados em arrecadação própria são: São Gonçalo do Amarante (com 1 ponto), Fortaleza (0,87), Eusébio (0,86), Itaitinga (0,86) e Fortim (0,84).

Não por acaso, muitas das localidades mais bem avaliadas se repetem no índice geral de boa situação fiscal, são elas São Gonçalo do Amarante, com 0,9060 ponto, seguido de Icapuí, Fortaleza, Itaitinga e Fortim.

Por outro lado, em pelo menos 60 cidades, a nota dada a receita própria é abaixo de 0,1. A pior situação é de Alcântaras (0,0172), seguido de Ibaretama (0,027), Granjeiro (0,0305), Potiretama (0,0353) e Graça (0,0387).

Com a média péssima de 0,185 em receita própria, analisando o

conjunto pesquisado, os números deixam claro que um sistema municipal de gestão fiscal eficiente poderia modificar este quadro, haja vista que uma baixa arrecadação mostra, também, um potencial de incremento de contribuições.

De acordo com a Federação das Indústrias, o Ceará está em uma posição desfavorável frente à maior parte do país, com 30 municípios entre os 500 piores resultados no quesito geral de gestão fiscal.

Apenas uma cidade do Estado apresenta gestão de excelência, que é São Gonçalo do Amarante, com nota 1 em receita própria e 0,9060 no IFGF. O município também faturou a 2ª colocação no ranking nacional, devido às notas máximas em “Receita Própria” e em “Investimentos”. Isso significa que a cidade gerou mais de 50% das suas receitas, investiu mais de 20% delas, e pouco as comprometeu com restos a pagar e com juros e amortizações de dívidas. O caso de sucesso da cidade, que tem diversas indústrias atraídas pelo Complexo Portuário do Pecém, se destaca frente a outros municípios com grande potencial industrial, como Maracanaú e Caucaia. Sobre tudo em Maracanaú, estranha o fato da baixa arrecadação local, quando diversas indústrias estão organizadas no seu território.

Evolução

Tendo sido realizado também em 2015, com dados de 2014, o estudo permite mostrar a evolução ou o declínio das notas das cidades nos elementos que a pesquisa leva em consideração.

Independentemente da posição no ranking de gestão fiscal, é importante analisar os resultados dos

maiores municípios do Estado. No Ceará, cinco cidades representam 40,8% da população estadual.

Na 15ª posição estadual, Juazeiro do Norte combinou excelente nível de liquidez e baixo custo da dívida, no entanto, apresentou nível muito baixo de investimentos e por isso foi a que mais recuou (-9,5%) frente ao ano anterior.

Caucaia (-7,8%) e Maracanaú (-6,0%) também recuaram, apesar de terem em seu território grandes indústrias e forte comércio local, sendo motores pulsantes da Região Metropolitana de Fortaleza. Mesmo assim, apresentaram baixa arrecadação própria. O caso das localidades mostra que o problema reside na condução da gestão fiscal das prefeituras. A pouca coleta é fruto sobretudo da isenção de tributos amplamente promovida pelas gestões ou da ausência de algumas modalidades de tributação. Uma questão intolerável para cidades que precisam dar respostas ao seu povo e aos seus trabalhadores. A situação leva a riqueza que é produzida no local a ser simplesmente sequestrada, o que os economistas chamam de expropriação e exploração econômica local.

Por sua vez, a prefeitura de Sobral recebeu nota máxima no IFGF Gastos com Pessoal, o que mostra que os servidores municipais estão

Apenas uma cidade do Estado apresenta gestão de excelência, que é São Gonçalo do Amarante, com nota 1 em receita própria e 0,9060 no IFGF.

sofrendo na pele com um modelo de gestão que ao mesmo tempo que não investia na arrecadação própria em 2015 deixava de valorizar seus trabalhadores. Além disso, a cidade do Norte do Ceará está em situação fiscal difícil (Conceito C) no IFGF Liquidez e crítica (conceito D) no IFGF Investimento.

Entre os dez melhores do ranking cearense do IFGF, todos ficaram entre os 500 maiores resultados do país, sendo os três primeiros - São Gonçalo do Amarante, Icapuí e Fortaleza - integrantes das 100 primeiras posições. O IFGF Liquidez foi o principal destaque entre as variáveis, com sete municípios registrando nota máxima.

Na segunda colocação do Top10 cearense, Icapuí foi o município que apresentou a maior evolução no IFGF geral (+80,7%), pois além de obter nota máxima no IFGF Liquidez, melhorou em todos os outros indicadores, saindo de uma situação crítica (conceito D) no IFGF Receita Própria e difícil no IFGF Gasto com Pessoal (conceito D) para uma situação fiscal boa (Conceito B) nesses indicadores. Com isso, subiu da 87ª posição para a 2ª no ranking estadual.

Cidades em caos total

Na parte inferior do ranking, entre os dez piores resultados do Ceará, todos receberam zero no IFGF Liquidez e no IFGF Gastos com Pessoal, ou seja, esses municípios terminaram 2015 com mais restos a pagar do que com recursos em caixa e estiveram acima de 60% da RCL para gastos com pessoal.

Além disso, todas foram avaliadas com conceito D no IFGF Receita Própria e no IFGF Investimentos.



Alexandre Cialdini é economista, auditor fiscal do Estado do Ceará e ex-secretário de Finanças de Fortaleza entre 2005 e 2012.

Graça e Guaiúba foram os municípios que obtiveram as maiores retrações em relação a 2014 (-55,6% e -54,2%, respectivamente), devido a queda do IFGF Investimentos. Vale destacar que, assim como na maioria das cidades brasileiras, as despesas com juros e amortizações não representam um peso no orçamento dessas cidades - com exceção de Paramoti, todas apresentaram conceitos A ou B.

Os exemplos Graça e Guaiúba denotam, claramente, o que a presidente da Fetamce, Enedina Soares, classifica como má gestão. “A população e os servidores municipais são quem sofrem diretamente com a crise administrativa das cidades. A realidade mostra, infelizmente, que a maioria dos municípios sobrevivem dependentes



Na segunda colocação do Top10 cearense, Icapuí foi o município que apresentou a maior evolução no IFGF geral (+80,7%).

das transferências. Por tudo isso, a Fetamce tem realizado uma campanha permanente para que sejam adotadas medidas de financiamento sustentável das cidades, controle público e fiscalização, e combate duro à corrupção, para que haja saúde nos cofres municipais e consequentemente condição de existência de serviços públicos de saúde, educação, moradia, mobilidade e etc, assim como funcionários públicos respeitados e valorizados”, defende a dirigente.

Os impostos municipais

Além das parcelas de impostos federais e estaduais que são repassadas aos municípios, existem os tributos que as cidades podem criar de acordo com a legislação nacional.

- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
- Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
- Imposto sobre Transmissão de Bens e Imóveis Inter-vivos (ITBI)



Até mesmo o ITBI, que incide sobre a transmissão de bens e deveria ser residual ante o IPTU, chegou a superar a arrecadação do IPTU em 45,4% dos municípios em 2013.

Porém, como vimos acima, há uma baixa arrecadação própria. Existem fortes evidências que apontam para um elevado grau de ineficiência das administrações tributárias. Conforme o estudo “Eficiência da Administração Tributária e Redução da Pobreza nos Municípios Cearenses”, realizado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria

com a Fundação Sintaf, verifica-se que o grau de dependência dos municípios com respeito às transferências da União e do Estado do Ceará é bastante elevado, atingindo uma taxa de 79% (dados de 2013).

Conforme o economista e auditor fiscal do Estado do Ceará, Alexandre Cialdini, outro fator nítido é a predominância de isenções concedidas sem critérios e sem tempo definido. Cialdini explica que os municípios devem aproveitar muito mais o potencial do IPTU. Entre 2011 e 2013, aproximadamente 93,5% dos municípios arrecadaram mais tributos sobre veículos automotores que sobre imóveis. Ele lembra que o IPVA é de arrecadação federal e só é repassada uma parcela destinada aos municípios. Até mesmo o ITBI, que incide sobre a transmissão de bens e deveria ser residual ante o IPTU, chegou a superar a arrecadação

do IPTU em 45,4% dos municípios em 2013. O economista afirma que se a arrecadação do IPTU fosse igual à arrecadação do IPVA, nos municípios em que fora menor, o país teria um aumento de 46,68% no recolhimento do IPTU, o que significa um salto de 0,46 para 0,63% do PIB em dados de 2013.



Entre 2011 e 2013, aproximadamente 93,5% dos municípios arrecadaram mais tributos sobre veículos automotores que sobre imóveis.



Complexo Portuário do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, é o motor da economia da cidade.

Saídas

Para Alexander Cildini, é preciso repelir o sentimento de políticos que acreditam que cobrar impostos de uma população é uma medida antipática. Porém, se adotado o princípio de capacidade contributiva - segundo o qual o ônus tributário deve ser distribuído na medida da capacidade econômica dos contribuintes, implicando em uma base impositiva que seja capaz de medir a capacidade para suportar o encargo e alíquotas - e entendendo a necessidade de adoção de medidas de desenvolvimento e investimento público, os municípios podem, definitivamente, passar a adotar estratégias de justiça fiscal como forma de alcançarem a independência financeira e assim poder custear, de forma sustentável, serviços e servidores públicos.

É o caso cidade do Cedro, que tinha dificuldades na geração de empregos, cerca de 70% dos seus habitantes podiam ser considerados pobres e quase 30% miseráveis. Sem renda própria, com uma economia frágil, parecia não haver solução para essa cidade e seus habitantes. Mas a história da cidade mudou por oportunidade de uma experiência



Fotos: Marcos Adegas / Fetamce

Crítica à ausência de valorização profissional em muitas prefeituras do Ceará, fruto da má gestão fiscal, muitas vezes provocada pela ausência de instrumentos de tributação e por instituição de privilégios para empresas, que exploram as riquezas humanas e de matéria prima do Estado sem deixar a sua parcela de construção para o desenvolvimento de políticas públicas.

piloto da Fundação Sintaf e da prefeitura, que promoveu uma reestruturação da Secretaria de Finanças do município por meio de um plano de modernização e cidadania fiscal que permitiu o crescimento da economia e a criação de políticas públicas em benefício da população.

Houve, com o programa de gestão fiscal instalado, uma mudança de paradigma. Em dois anos, o incremento de recursos aos cofres da cidade do Cedro foi de R\$ 45 milhões.

Segundo a presidente da Feta-

mce, Enedina Soares, experiências como esta mostram que o planejamento de ações integradas no campo da gestão tributária com seriedade, legitimidade e eficiência podem trazer bons resultados.

Obs: Municípios cearenses com dados não disponíveis durante o período de produção do estudo: Abaiara, Acaraú, Assaré, Brejo Santo, Campos Sales, Caridade, Ererê, Forquilha, Jardim, Jati, Penaforte e Saboeiro.



Servidores da Educação de Maracanaú denunciam nas ruas as injustiças fiscais da cidade, que é uma verdadeira mãe para os empresários e uma madrastra para os funcionários públicos, vítimas de desvalorização e ataques constantes.



Fotos: Marcos Adegas / Fetamce

Na Marcha dos Servidores Municipais de 2015 a luta foi para combater as injustiças tributária do país, partindo do entendimento que impostos aplicados de forma distributiva financiam, de fato, os direitos sociais.

ARTIGO

JUSTIÇA FISCAL PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS

Por **Vivian Makia** e **Por Gabriel Casnati**

ISP Brasil
vivian.makia@world-psi.org
gabriel.casnati@world-psi.org



A ideia de que a carga tributária no Brasil é a mais alta do mundo é repetida diariamente, e já virou um discurso adotado por muitos(as) brasileiros(as). Uma ideia equivocada, que é reforçada na televisão, nos grandes jornais e em grandes campanhas publicitárias do empresariado brasileiro - tal como o pato amarelo da FIESP.

Na realidade, o verdadeiro problema da tributação no Brasil não está na quantidade de impostos, e sim na forma injusta como eles são cobrados no país.

Ainda assim, a desconstrução realizada pela grande mídia e os setores conservadores da política acaba por esconder uma questão fundamental: os serviços públicos de qualidade, para existirem, precisam de financiamento com recursos públicos que vêm, justamente, da arrecadação fiscal.

Políticas públicas de Estado são as formas mais eficazes de se combater a desigualdade social. A saúde, a educação, o saneamento básico e toda a diversidade de serviços vitais que devem ser acessíveis para toda a população.

Portanto, se a arrecadação fiscal não funciona bem, a consequência é a falta de recursos para garantir a existência destes serviços públicos de qualidade. Toda a população sai perdendo, e isso prejudica mais as camadas com maior vulnerabilidade social, que, necessariamente, dependem dos serviços públicos. E, no caso dos(as) trabalhadores(as) dos serviços públicos, a falta de financiamento dos serviços públicos significa também a perda de postos de trabalho e de direitos conquistados historicamente.

O problema é que, no Brasil, a carga tributária recai de maneira injusta sobre as diferentes classes sociais. Para agravar a situação da desigualdade fiscal, empresas multinacionais e indivíduos milionários mantêm um sistema em que montantes imensuráveis são sonegados e eludidos, saindo dos cofres públicos brasileiros em direção aos paraísos fiscais.

Além dos mecanismos de elusão e sonegação fiscal - que podem ser legais ou ilegais - um dos principais instrumentos que existem hoje no Brasil para livrar grandes empresas privadas nacionais e multinacionais do pagamento de impostos são as isenções fiscais concedidas pelo Estado.

Isenções/Incentivos Fiscais: políticas estatais que liberam determinadas empresas do pagamento de tributos.

Para atrair empresas para determinados locais, os governantes decidem abrir mão de ingressos tributários das empresas, com a justificativa de estimular a economia e gerar empregos. O estímulo da economia e a geração de empregos são motivos justos. Porém, o problema é que as isenções fiscais não passam por controle social; elas são concedidas sem debate e em processos sem transparência: bilhões de reais deixam de ser arrecadados, sem esclarecimentos e análises suficientes sobre contrapartidas e impactos socioeconômicos.

Em muitos casos, os benefícios fiscais são dados para o empresariado que possui vínculos pessoais com os go-

vernantes, por exemplo, como forma de retribuir as “doações” empresariais para as campanhas eleitorais. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, em 2013 as isenções fiscais para as grandes empresas foram seis vezes maiores do que o orçamento estadual para a saúde[1] (R\$ 32,3 bilhões vs R\$ 5,2 bilhões). Hoje, o Estado do Rio de Janeiro se encontra financeiramente quebrado, com diversos serviços públicos sucateados e na mira da privatização, e xs trabalhadorxs dos serviços públicos estão com seus direitos básicos comprometidos, como o pagamento dos salários e das aposentadorias.

O papel dos sindicatos na defesa da Justiça Fiscal

Para os sindicatos dos serviços públicos, é fundamental conhecer o funcionamento básico do sistema tributário e os mecanismos relacionados à arrecadação de impostos e ao não pagamento dos impostos. Essas informações são instrumentos importantes para que o movimento sindical responda ao discurso de muitos governos, que utilizam a crise econômica como a justificativa para a redução do papel do Estado, diminuindo o fornecimento de serviços públicos e eliminando os postos de trabalho no setor público. É preciso questionar e contestar o argumento da crise econômica, que é usada para justificar a precarização das condições de trabalho e a precarização

da vida de modo geral. É necessário ainda mobilizar-se para que sejam realizadas alterações neste modelo opressivo, onde paga mais quem ganha menos e paga menos quem ganha mais.

O financiamento dos serviços públicos não é só uma questão de recursos financeiros, e sim uma questão de vontade política: porque o Estado tem o dever de garantir que todos os cidadãos e cidadãs, e que todas as empresas nacionais e transnacionais paguem a sua parcela justa de impostos.

Diante de todos esses aspectos, a ISP reafirma o seu compromisso com a defesa e a promoção da Justiça Fiscal nos países e em nível mundial, como continuidade, aprofundamento e fortalecimento de nossa luta em defesa e promoção dos serviços públicos de qualidade e dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores dos serviços públicos, em nome do bem-estar de todas as comunidades.

Portanto, convidamos todas as entidades filiadas à ISP a se juntarem nessa luta, ampliando o diálogo e somando nossas vozes com cada vez mais organizações sindicais e com os movimentos sociais, em cada país e em todo o mundo.

**Por Justiça Fiscal para os Serviços Públicos,
Por justiça social e por mais direitos para todas e todos,
Porque as pessoas estão acima do lucro.**



Tribuna dos Municipais:
o jornalismo que tem lado.
O lado do(a) trabalhador(a)
municipal.





SISTEMA FETAMCE DE **COMUNICAÇÃO**



TV FETAMCE



PORT@L
FETAMCE



RÁDIO
FETAMCE

**TRIBUNA DOS
MUNICIPAIS**

REVISTA 

fetamce.org.br